

ESTADO DO TOCANTINS

ÁREAS DE USO LEGAL RESTRITO E POTENCIAIS À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Palmas, Julho/2019



SECRETARIA DA FAZENDA
E PLANEJAMENTO

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

MAURO CARLESSE - Governador

Wanderlei Barbosa - Vice-Governador

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Sandro Armando Henrique - Secretário

SECRETARIA EXECUTIVA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Sergislei Silva de Moura - Secretário Executivo

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

Romildo Leite Dias - Superintendente

Bacharel em Turismo - Especialista em Planejamento Estratégico

DIRETORIA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICAS

Rodrigo Sabino Teixeira Borges - Diretor

Bacharel em Geografia - Mestre em Geografia

GERÊNCIA DE ZONEAMENTO TERRITORIAL

Leandro Roeder - Gerente

Bacharel em Ciências Econômicas

EQUIPE TÉCNICA

Bruno Moure Cícero - *Bacharel em Ciências Econômicas - Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio*

Cecília Amélia Miranda Costa - *Bacharel em Processamento de Dados - Mestre em Engenharia Ambiental*

Ilda Celeste da Costa Martins - *Tecnóloga em Gestão Ambiental*

Joaquin Eduardo Manchola Cifuentes - *Bacharel em Estatística - Doutor em Sociologia*

Paulo Augusto Barros de Sousa - *Bacharel em Ciência da Computação - Mestre em Modelagem Computacional de Sistemas*



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
SECRETARIA EXECUTIVA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ESTADO DO TOCANTINS
ÁREAS DE USO LEGAL
RESTRITO E POTENCIAIS
À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Tabelas e Mapas Síntese

Capa: Bruno Vima - Secretaria da Comunicação do Estado do Tocantins.

Bancos de Imagens: Mariusz Szmuchrowski - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instituto Araguaia. Nilza Verônica Amaral, Vonei Martinovski - Instituto Natureza do Tocantins. Márcio di Pietro - Secretaria da Comunicação do Estado do Tocantins. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins. Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado do Tocantins.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO (SEFAZ). Secretaria Executiva do Planejamento e Orçamento. Superintendência de Planejamento Governamental. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DGITS). Gerência de Zoneamento Territorial (GZT). **Estado do Tocantins - Áreas de Uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental - Tabelas e Mapas Síntese.** 2ª ed. rev. atu. Palmas: SEFAZ/GZT, julho/2019. 56 p. Organizado por Rodrigo Sabino Teixeira Borges, Paulo Augusto Barros de Sousa e Leandro Roeder.

Secretaria da Fazenda e Planejamento
Secretaria Executiva do Planejamento e Orçamento
Superintendência de Planejamento Governamental
Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas
Gerência de Zoneamento Territorial
AANO - Esplanada das Secretarias, s/n, Centro
CEP: 77.001-002, Palmas - TO
Tel: (63) 3212.4495 - 3212.4494 - 3212.4493 - 3212.4496 - 3212.4497 - 3212.4482
<http://www.sefaz.to.gov.br>
E-mail: zee@sefaz.to.gov.br

ESTADO DO TOCANTINS: ÁREAS DE USO LEGAL RESTRITO E POTENCIAIS À CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

- Tabelas e Mapas Síntese -

APRESENTAÇÃO

Este documento sintetiza dados espaciais sobre as áreas de uso legal restrito e potenciais à conservação ambiental no Tocantins. Destina-se a apoiar as atividades de planejamento da gestão territorial, bem como subsidiar o conhecimento sobre a proteção e conservação ambiental e os territórios indígenas no Estado.

Contém dados tabulares, mapas, referências bibliográficas e atos legais, sobre unidades de conservação, terras indígenas, corredores ecológicos, áreas potenciais à conservação ambiental, e áreas com avaliação ecológica no estado do Tocantins.

As informações tabulares e espacializadas tem como principal referência espacial a *Base de Dados Geográficos do Tocantins* (SEPLAN, 2000; 2012; SEFAZ, 2019)^[1]. Além desta, foram também utilizadas bases de dados de instituições estaduais e Federais. De forma complementar, foram sistematizados estudos técnicos, e elencados atos legais de criação e gestão das unidades de conservação e terras indígenas. As informações identificadas estão devidamente referenciadas na parte final do documento.

Os dados contidos neste produto foram sistematizados e atualizados pela equipe técnica da Gerência de Zoneamento Territorial da Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas da SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ, empregando-se ferramentas do Laboratório de Geoprocessamento.

^[1] As versões anteriores dos planos de informação disponibilizados neste produto foram sistematizadas pela equipe técnica da antiga Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico da SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS (SEPLAN). Posteriormente, com as alterações na estrutura do Executivo Estadual, a *Base de Dados Geográficos do Tocantins* foi integrada à Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas da SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO (SEFAZ), tendo sido atualizada empregando-se ferramentas do Laboratório de Geoprocessamento da Gerência de Zoneamento Territorial.



SUMÁRIO

TABELAS	9
Tabela 1 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral	11
Tabela 2 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral Segundo Categoria SNUC e SEUC	13
Tabela 3 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	16
Tabela 4 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Proteção Integral	18
Tabela 5 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Domínio Municipal.....	19
Tabela 6 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Domínio Estadual	20
Tabela 7 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Domínio Federal.....	21
Tabela 8 - Estado do Tocantins: Reservas Particulares do Patrimônio Natural.....	23
Tabela 9 - Estado do Tocantins: Terras e Áreas Indígenas	24
Tabela 10 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação e Terras Indígenas.....	25
Tabela 11 - Estado do Tocantins: Áreas Potenciais Para Conservação Ambiental	29
Tabela 12 - Estado do Tocantins: Áreas com Avaliação Ecológica	30
Tabela 13 - Estado do Tocantins: Corredores Ecológicos	31
MAPAS	33
Mapa 1 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral.....	35
Mapa 2 - Unidades de Conservação de Proteção Integral.....	36
Mapa 3 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	37
Mapa 4 - Unidades de Conservação de Domínio Municipal	38
Mapa 5 - Unidades de Conservação de Domínio Estadual	39
Mapa 6 - Unidades de Conservação de Domínio Federal	40
Mapa 7 - Reservas Particulares do Patrimônio Natural	41
Mapa 8 - Terras Indígenas.....	42
Mapa 9 - Áreas de Uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental	43
BIBLIOGRAFIA E BASE LEGAL	45
Unidades de Conservação de Proteção Integral.....	47
Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	48
Terras Indígenas.....	50
Terras Indígenas - Estudos.....	51
Áreas Potenciais Para Conservação Ambiental	51
Avaliações Ecológicas.....	52
Corredores Ecológicos	52
Sistema de Unidades de Conservação - Base Legal	53
Bases de Dados	53
Mapas.....	54





TABELAS





Tabela 1 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% UCs	Notas	Localização
1 - Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga	Federal	1990	Decreto nº 99.278 de 06/06/1990, alterado pelo Decreto s/n de 16/07/2002	27.182,3258	271,82	0,10	0,65	Estados do TO e MA. Área total 41.779,61 ha	Alto Parnaíba (MA), Mateiros (TO)
2 - Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins	Federal	1992	Decreto nº 535 de 20/05/1992	9.280,0000	92,80	0,03	0,22	-	Sampaio, Augustinópolis, Carrasco Bonito
3 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Minnehaha	Federal	1996	Portaria nº 105/96-N de 26/11/1996	745,0000	7,45	0,00	0,02	-	Almas
4 - Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado	Estadual	1997	Lei nº 906 de 20/05/1997	121.415,4996	1.214,15	0,44	2,91	-	Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Palmas, Tocantínia
5 - Área de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza	Estadual	1997	Lei nº 905 de 20/05/1997	50.359,7200	503,60	0,18	1,21	-	Peixe
6 - Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal / Cantão	Estadual	1997	Lei nº 907 de 20/05/1997	1.678.000,0000	16.780,00	6,04	40,21	-	Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada de Areia, Divinópolis, Dois Irmãos do Tocantins, Marianópolis, Monte Santo, Pium
7 - Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia	Federal	1998	Decreto s/n de 02/10/1998	3.860,3570	38,60	0,01	0,09	Estados do TO, MT e GO. Área total = 359.190,105081ha	Araguaçu (TO); Cocalinho (MT); Nova Crixás e São Miguel do Araguaia (GO)
8 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Sítio Ecológico Monte Santo	Federal	1998	Portaria nº 146/98-N de 30.10.1998	52,7366	0,53	0,00	0,00	-	Palmas
9 - Área de Proteção Ambiental Lago de Palmas	Estadual	1999	Lei nº 1.098 de 20/10/1999	50.370,0000	503,70	0,18	1,21	-	Porto Nacional
10 - Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína	Estadual	1999	Lei nº 1.116 de 09/12/1999	15.821,5000	158,22	0,06	0,38	-	Araguaína
11 - Área de Proteção Ambiental Jalapão	Estadual	2000	Lei nº 1.172 de 31/07/2000	461.730,0000	4.617,30	1,66	11,07	Lei de criação republicada por correção no D.O.E. nº 970 de 13/09/2000	Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins
12 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Bonita	Federal	2000	Portaria nº 106/2000 de 27.12.2000	127,9525	1,28	0,00	0,00	-	Abreulândia
13 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bela Vista	Federal	2001	Portaria nº 8 de 21/05/2001	113,6159	1,14	0,00	0,00	-	Palmas
14 - Área de Proteção Ambiental Lago de Peixe / Angical	Estadual	2002	Decreto nº 1.444 de 18/03/2002	78.873,8200	788,74	0,28	1,89	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
15 - Área de Proteção Ambiental Serra do Estrondo	Municipal	2002	Decreto nº 267/2002 de 02/12/2002	6.310,3500	63,10	0,02	0,15	-	Paraíso do Tocantins
16 - Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari	Municipal	2002	Lei nº 806/2002 de 20/12/2002	26.152,0000	261,52	0,09	0,63	-	Araguatins
17 - Área de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	Estadual	2002	Decreto nº 1.559 de 01/08/2002	14.525,1600	145,25	0,05	0,35	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
18 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu	Federal	2004	Portaria nº 819 de 05/03/2004	60,1000	0,60	0,00	0,00	-	Pium
19 - Área de Proteção Ambiental Sapucaia	Municipal	2004	Lei nº 0104/2004 de 20/08/2004	17.208,8000	172,09	0,06	0,41	-	Piraquê



Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% UCs	Notas	Localização
20 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Calixto	Federal	2009	Portaria nº 42 de 04/06/2009	364,7469	3,65	0,00	0,01	-	Dianópolis
21 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Sonhada	Federal	2010	Portaria nº 44 de 08/06/2010	930,9726	9,31	0,00	0,02	-	Pium
22 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão	Federal	2010	Portaria nº 58 de 27/07/2010	325,6500	3,26	0,00	0,01	-	São Félix do Tocantins
23 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bico do Javaés	Federal	2011	Portaria nº 99 de 02/12/2011	2.760,7200	27,61	0,01	0,07	-	Lagoa da Confusão
24 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Aurora Natura	Federal	2012	Portaria nº 108 de 11/10/2012	15,0900	0,15	0,00	0,00	-	Aurora do Tocantins
25 - Área de Proteção Ambiental Pé do Morro	Municipal	2017	Decreto nº 053/2017 de 28/11/2017	230,0000	2,30	0,00	0,01	-	Aragominas
Subtotal - Uso Sustentável				2.566.816,1169	25.668,16	9,24	61,52		
26 - Parque Nacional do Araguaia	Federal	1959	Decreto nº 47.570 de 31/12/1959, alterado pelos decretos nº 68.876 de 05/07/1971 e nº 84.844 de 24/06/1980	557.714,0000	5.577,14	2,01	13,37	-	Lagoa da Confusão, Pium
27 - Parque Estadual do Cantão	Estadual	1998	Lei nº 996 de 14/07/1998, alterado pela Lei nº 1.319 de 04/04/2002	90.017,8946	900,18	0,32	2,16	-	Pium
28 - Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins	Estadual	2000	Lei nº 1.179 de 04/10/2000	32.152,0000	321,52	0,12	0,77	-	Filadélfia
29 - Parque Estadual do Jalapão	Estadual	2001	Lei nº 1.203 de 12/01/2001	158.885,4662	1.588,85	0,57	3,81	-	Mateiros
30 - Parque Estadual do Lajeado	Estadual	2001	Lei nº 1.224 de 11/05/2001	9.930,9229	99,31	0,04	0,24	-	Palmas
31 - Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins	Federal	2001	Decreto s/n de 27/07/2001	645.378,6628	6.453,79	2,32	15,47	Estados do TO e BA. Área total = 716.306,00ha.	Formoso do Rio Preto (BA); Alto Parnaíba (MA); Barreira do Piauí, Corrente, Gilbués e São Gonçalo da Gurguéia (PI); Lizarda, Mateiros e São Félix do Tocantins (TO).
32 - Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Federal	2002	Decreto s/n de 16/07/2002, alterado pela Lei nº 13.090 de 12/01/2015	107.075,4311	1.070,75	0,39	2,57	Estados do PI, MA, BA e TO. Área total = 749.848ha	Almas, Mateiros e Ponte Alta do Tocantins (TO); Rio da Conceição e Formoso do Rio Preto (BA).
33 - Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono	Municipal	2012	Decreto nº 034/2012 de 02/07/2012	1.286,0600	12,86	0,00	0,03	-	São Félix do Tocantins
34 - Parque Natural de Palmeirópolis	Municipal	2016	Decreto nº 644/2016 de 02/09/2016	7,5100	0,075	0,00	0,00	-	Palmeirópolis
35 - Monumento Natural da Serra de Natividade	Municipal	2018	Decreto nº 074/2018 de 03/12/2018	3.399,0000	33,99	0,01	0,08	-	Natividade
Subtotal - Proteção Integral				1.605.846,9476	16.058,47	5,78	38,48		
Total - Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral ^[1]				4.172.663,0645	41.726,63	15,02	100,00		

Nota: ^[1] A Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel, criada pelo Decreto Estadual Nº 1.158 de 01/08/2002, foi revogada pelo Decreto Estadual Nº 5.879 de 12/11/2018. Possuía uma superfície de 18.608,15 ha. Situava-se nos municípios de Xambioá, Ananás, Riachinho e Araguañã.

Tabela 2 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral Segundo Categoria SNUC^[1] e SEUC^[2]

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% UCs	Notas	Localização
1 - Área de Proteção Ambiental Serra do Estrondo	Municipal	2002	Decreto nº 267/2002 de 02/12/2002	6.310,3500	63,10	0,02	0,15	-	Paraíso do Tocantins
2 - Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari	Municipal	2002	Lei nº 806/2002 de 20/12/2002	26.152,0000	261,52	0,09	0,63	-	Araguatins
3 - Área de Proteção Ambiental Sapucaia	Municipal	2004	Lei nº 104/2004 de 20/08/2004	17.208,8000	172,09	0,06	0,41	-	Piraquê
4 - Área de Proteção Ambiental Pé do Morro	Municipal	2017	Decreto nº 053/2017 de 28/11/2017	230,0000	2,30	0,00	0,01	-	Aragominas
Subtotal - Uso Sustentável - APA Domínio Municipal				49.901,1500	499,01	0,18	1,20		
1 - Área de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza	Estadual	1997	Lei nº 905 de 20/05/1997	50.359,7200	503,60	0,18	1,21	-	Peixe
2 - Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado	Estadual	1997	Lei nº 906 de 20/05/1997	121.415,4996	1.214,15	0,44	2,91	-	Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Palmas, Tocantínia
3 - Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal / Cantão	Estadual	1997	Lei nº 907 de 20/05/1997	1.678.000,0000	16.780,00	6,04	40,21	-	Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada de Areia, Divinópolis, Dois Irmãos, Marianópolis, Monte Santo, Pium
4 - Área de Proteção Ambiental Lago de Palmas	Estadual	1999	Lei nº 1.098, de 20/10/1999	50.370,0000	503,70	0,18	1,21	-	Porto Nacional
5 - Área de Proteção Ambiental Nascentes de Araguaína	Estadual	1999	Lei nº 1.116, de 09/12/1999	15.821,5000	158,22	0,06	0,38	-	Araguaína
6 - Área de Proteção Ambiental Jalapão	Estadual	2000	Lei nº 1.172, de 31/07/2000	461.730,0000	4.617,30	1,66	11,07	Lei de criação republicada por incorreção no D.O.E. nº 970 de 13/09/2000	Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins
7 - Área de Proteção Ambiental Lago de Peixe / Angical	Estadual	2002	Decreto nº 1.444 de 18/03/2002	78.873,8200	788,74	0,28	1,89	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
8 - Área de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	Estadual	2002	Decreto nº 1.559 de 01/08/2002	14.525,1600	145,25	0,05	0,35	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
Subtotal - Uso Sustentável - APA Domínio Estadual				2.471.095,6996	24.710,96	8,90	59,22		
1 - Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga	Federal	1990	Decreto nº 99.278 de 06/06/1990	27.182,3258	271,82	0,10	0,65	Estados do TO e MA. Área total = 61.000,00 ha.	Alto Parnaíba (MA), Mateiros (TO)
2 - Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia	Federal	1998	Decreto s/n de 02/10/1998	3.860,3570	38,60	0,01	0,09	Estados do TO, MT e GO. Área total = 359.190,105081ha	Araguaçu (TO); Cocalinho (MT); Nova Crixás e São Miguel do Araguaia (GO)
Subtotal - Uso Sustentável - APA Domínio Federal				31.042,6828	310,43	0,11	0,74		



Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% UCs	Notas	Localização
1 - Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins	Federal	1992	Decreto nº 535 de 20/05/1992	9.280,0000	92,80	0,03	0,22	-	Sampaio, Augustinópolis, Carrasco Bonito
Subtotal - Uso Sustentável - Reserva Extrativista Domínio Federal				9.280,0000	92,80	0,03	0,22		
1 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Minnehaha	Federal	1996	Portaria nº 105/96-N de 26/11/1996	745,0000	7,45	0,00	0,02	-	Almas
2 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Sítio Ecológico Monte Santo	Federal	1998	Portaria nº 146/98-N de 30/10/1998	52,7366	0,53	0,00	0,00	-	Palmas
3 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Bonita	Federal	2000	Portaria nº 106/2000 de 27/12/2000	127,9525	1,28	0,00	0,00	-	Abreulândia
4 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bela Vista	Federal	2001	Portaria nº 68 de 21/05/2001	113,6159	1,14	0,00	0,00	-	Palmas
5 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu	Federal	2004	Portaria nº 19 de 05/03/2004	60,1000	0,60	0,00	0,00	-	Pium
6 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Calixto	Federal	2009	Portaria nº 42 de 04/06/2009	364,7469	3,65	0,00	0,01	-	Dianópolis
7 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Sonhada	Federal	2010	Portaria nº 44 de 08/06/2010	930,9726	9,31	0,00	0,02	-	Pium
8 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão	Federal	2010	Portaria nº 58 de 27/07/2010	325,6500	3,26	0,00	0,01	-	São Félix do Tocantins
9 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bico do Javaés	Federal	2011	Portaria nº 99 de 02/12/2011	2.760,7200	27,61	0,01	0,07	-	Lagoa da Confusão
10 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Aurora Natura	Federal	2012	Portaria nº 108 de 11/10/2012	15,0900	0,15	0,00	0,01	-	Aurora do Tocantins
Subtotal - Uso Sustentável - RPPN Domínio Federal				5.496,5845	54,97	0,02	0,13		
Subtotal - Uso Sustentável ^[3]				2.566.816,1169	25.668,16	9,24	61,52		
1 - Parque Natural de Palmeirópolis	Municipal	2016	Decreto nº 644/2016 de 02/09/2016	7,5100	0,08	0,00	0,00	-	Palmeirópolis
Subtotal - Proteção Integral - Monumento Natural Domínio Municipal				7,5100	0,08	0,00	0,00		
1 - Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono	Municipal	2012	Decreto nº 034/2012 de 02/07/2012	1.286,0600	12,86	0,00	0,03	-	São Félix do Tocantins
2 - Monumento Natural da Serra de Natividade	Municipal	2018	Decreto nº 074/2018 de 03/12/2018	3.399,0000	33,99	0,01	0,08	-	Natividade
Subtotal - Proteção Integral - Monumento Natural Domínio Municipal				4.685,0600	46,85	0,02	0,11		



Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% UCs	Notas	Localização
1 - Parque Estadual do Cantão	Estadual	1998	Lei nº 996 de 14/07/1998; alterada pela Lei 1.319 de 04/04/2002	90.017,8946	900,18	0,32	2,16	-	Pium
2 - Parque Estadual do Jalapão	Estadual	2001	Lei nº 1.203 de 12/01/2001	158.885,4662	1.588,85	0,57	3,81	-	Mateiros
3 - Parque Estadual do Lajeado	Estadual	2001	Lei nº 1.224 de 11/05/2001	9.930,9229	99,31	0,04	0,24	-	Palmas
Subtotal - Proteção Integral - Parque Domínio Estadual				258.834,2837	2.588,34	0,93	6,20		
1 - Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins	Estadual	2000	Medida Provisória nº 370 de 11/09/2000	32.152,0000	321,52	0,12	0,77	-	Filadélfia
Subtotal - Proteção Integral - Monumento Natural Domínio Estadual				32.152,0000	321,52	0,12	0,77		
1 - Parque Nacional do Araguaia	Federal	1959	Decreto nº 47.570 de 31/12/1959, alterado pelos decretos nº 68.876 de 05/07/1971 e nº 84.844 de 24/06/1980	557.714,0000	5.577,14	2,01	13,37	-	Lagoa da Confusão, Pium
2 - Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Federal	2002	Decreto s/n de 16/07/2002, alterado pela Lei nº 13.090 de 12/01/2015	107.075,4311	1.070,75	0,39	2,57	Estados do PI, MA, BA e TO. Área total = 749.848ha	Almas, Mateiros e Ponte Alta do Tocantins (TO); Rio da Conceição e Formoso do Rio Preto (BA).
Subtotal - Proteção Integral - Parques Domínio Federal				664.789,4311	6.647,89	2,39	15,93		
1 - Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins	Federal	2001	Decreto s/n de 27/07/2001	645.378,6628	6.453,79	2,32	15,47	Estados do TO e BA. Área total = 716.306,00ha	Formoso do Rio Preto (BA); Alto Parnaíba (MA); Barreira do Piauí, Corrente, Gilbués e São Gonçalo da Gurguéia (PI); Lizarda, Mateiros e São Félix do Tocantins (TO).
Subtotal - Proteção Integral - Estação Ecológica Domínio Federal				645.378,6628	6.453,79	2,32	15,47		
Subtotal - Proteção Integral				1.605.846,9476	16.058,47	5,78	38,48		
Total - Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral				4.172.663,0645	41.726,63	15,02	100,00		

Notas:

^[1] SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Federal Nº 9.985 de 18/07/2000.

^[2] SEUC - Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Tocantins. Lei Estadual Nº 1.560 de 05/04/2005.

^[3] A Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel, criada pelo Decreto Estadual Nº 1.158 de 01/08/2002, foi revogada pelo Decreto Estadual Nº 5.879 de 12/11/2018. Possuía uma superfície de 18.608,15 ha. Situava-se nos municípios de Xambioá, Ananás, Riachinho e Araguaã.

Tabela 3 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Uso Sustentável

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% UCs ^[1]	% UCs ^[2]	% UCs ^[3]	Notas	Localização
1 - Área de Proteção Ambiental Serra do Estrondo	Municipal	2002	Decreto nº 267/2002 de 02/12/2002	6.310,3500	63,10	0,02	0,15	0,25	12,65	-	Paraíso do Tocantins
2 - Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari	Municipal	2002	Lei nº 806/2002 de 20/12/2002	26.152,0000	261,52	0,09	0,63	1,02	52,41	-	Araguatins
3 - Área de Proteção Ambiental Sapucaia	Municipal	2004	Lei nº 0104/2004 de 20/08/2004	17.208,8000	172,09	0,06	0,41	0,67	34,49	-	Piraquê
4 - Área de Proteção Ambiental Pé do Morro	Municipal	2017	Decreto nº 053/2017 de 28/11/2017	230,0000	2,30	0,00	0,01	0,01	0,46	-	Aragominas
Subtotal - Unidades de Conservação de Uso Sustentável de Domínio Municipal				49.901,1500	499,01	0,18	1,20	1,94	100,00		
1 - Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado	Estadual	1997	Lei nº 906 de 20/05/1997	121.415,4996	1.214,15	0,44	2,91	4,73	4,91	-	Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Palmas, Tocantínia
2 - Área de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza	Estadual	1997	Lei nº 905 de 20/05/1997	50.359,7200	503,60	0,18	1,21	1,96	2,04	-	Peixe
3 - Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal / Cantão	Estadual	1997	Lei nº 907 de 20/05/1997	1.678.000,0000	16.780,00	6,04	40,21	65,37	67,91	-	Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada de Areia, Divinópolis, Dois Irmãos, Marianópolis, Monte Santo, Pium
4 - Área de Proteção Ambiental Lago de Palmas	Estadual	1999	Lei nº 1.098, de 20/10/1999	50.370,0000	503,70	0,18	1,21	1,96	2,04	-	Porto Nacional
5 - Área de Proteção Ambiental Nascentes de Araguaína	Estadual	1999	Lei nº 1.116, de 09/12/1999	15.821,5000	158,22	0,06	0,38	0,62	0,64	-	Araguaína
6 - Área de Proteção Ambiental Jalapão	Estadual	2000	Lei nº 1.172, de 31/07/2000	461.730,0000	4.617,30	1,66	11,07	17,99	18,69	Lei de criação republicada por incorreção no D.O.E nº 970 de 13/09/2000	Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins
7 - Área de Proteção Ambiental Lago de Peixe / Angical	Estadual	2002	Decreto nº 1.444 de 18/03/2002	78.873,8200	788,74	0,28	1,89	3,07	3,19	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
8 - Área de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	Estadual	2002	Decreto nº 1.559 de 01/08/2002	14.525,1600	145,25	0,05	0,35	0,57	0,59	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
Subtotal - Unidades de Conservação de Uso Sustentável de Domínio Estadual^[4]				2.471.095,6996	24.710,96	8,90	59,22	96,27	100,00		
1 - Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga	Federal	1990	Decreto nº 99.278 de 06/06/1990, alterado pelo Decreto s/n de 16/07/2002	27.182,3258	271,82	0,10	0,65	1,06	59,33	Estados do TO e MA. Área = 41.779,61ha	Alto Parnaíba (MA), Mateiros (TO)
2 - Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins	Federal	1992	Decreto nº 535 de 20/05/1992	9.280,0000	92,80	0,03	0,22	0,36	20,25	-	Sampaio, Augustinópolis, Carrasco Bonito



Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs ^[1]	% UCs ^[2]	% UCs ^[3]	Notas	Localização
3 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Minehaha	Federal	1996	Portaria nº 105/96-N de 26/11/1996	745,0000	7,45	0,00	0,02	0,03	1,63	-	Almas
4 - Área de Proteção Ambiental Meandros do Araguaia	Federal	1998	Decreto s/n de 02/10/1998	3.860,3570	38,60	0,01	0,09	0,15	8,43	Estados do TO, MT e GO. Área total = 357.126,00ha	Araguaçu (TO); Cocalinho (MT); Nova Crixás e São Miguel do Araguaia (GO)
5 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Sítio Monte Santo	Federal	1998	Portaria nº 146/98-N de 30/10/1998	52,7366	0,53	0,00	0,00	0,00	0,12	-	Palmas
6 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Bonita	Federal	2000	Portaria nº 106/2000 de 27/12/2000	127,9525	1,28	0,00	0,00	0,00	0,28	-	Abreulândia
7 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bela Vista	Federal	2001	Portaria nº 8 de 21/05/2001	113,6159	1,14	0,00	0,00	0,00	0,25	-	Palmas
8 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu	Federal	2004	Portaria nº 819 de 05/03/2004	60,1000	0,60	0,00	0,00	0,00	0,13	-	Pium
9 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Calixto	Federal	2009	Portaria nº 42 de 04/06/2009	364,7469	3,65	0,00	0,01	0,01	0,80	-	Dianópolis
10 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Sonhada	Federal	2010	Portaria nº 44 de 08/06/2010	930,9726	9,31	0,00	0,02	0,04	2,03	-	Pium
11 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão	Federal	2010	Portaria nº 58 de 27/07/2010	325,6500	3,26	0,00	0,01	0,01	0,71	-	São Félix do Tocantins
12 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bico do Javaés	Federal	2011	Portaria nº 99 de 02/12/2011	2.760,72	27,61	0,01	0,07	0,11	6,03	-	Lagoa da Confusão
13 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Aurora Natura	Federal	2012	Portaria nº 108 de 11/10/2012	15,09	0,15	0,00	0,00	0,00	0,03	-	Aurora do Tocantins
Subtotal - Unidades de Conservação de Uso Sustentável de Domínio Federal				45.819,2673	458,19	0,16	1,10	1,79	100,00		
Total - Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Domínios Municipal + Estadual + Federal)				2.566.816,1169	25.668,1612	9,24	61,52	100,00	100,00		

Notas:

^[1] - Percentual de cada Unidade de Conservação de Uso Sustentável em relação à totalidade da área das Unidades de Conservação (Proteção Integral e Uso Sustentável) do território tocantinense.

^[2] - Percentual de cada Unidade de Conservação de Uso Sustentável em relação à somatória da área das Unidades de Conservação de Uso Sustentável do território tocantinense.

^[3] - Percentual de cada Unidade de Conservação de Uso Sustentável em relação à somatória da área do respectivo domínio (municipal, estadual ou federal).

^[4] - A Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel, criada pelo Decreto Estadual nº 1.158 de 01/08/2002, foi revogada pelo Decreto Estadual nº 5.879 de 12/11/2018. Possuía uma superfície de 18.608,15 ha. Situava-se nos municípios de Xambioá, Ananás, Riachinho e Araguanã.



Tabela 4 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Proteção Integral

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs ^[1]	% UCs ^[2]	% UCs ^[3]	Notas	Localização
1 - Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono	Municipal	2012	Decreto nº 034/2012 de 2/07/2012	1.286,0600	12,86	0,00	0,03	0,08	27,41	-	São Félix do Tocantins
2 - Parque Natural de Palmeirópolis	Municipal	2016	Decreto nº 644/2016 de 02/09/2016	7,5100	0,075	0,00	0,00	0,00	0,16	-	Palmeirópolis
3 - Monumento Natural da Serra de Natividade	Municipal	2018	Decreto nº 074/2018 de 03/12/2018	3.399,0000	33,99	0,01	0,08	0,21	72,43	-	Natividade
Subtotal - Unidades de Conservação de Proteção Integral de Domínio Municipal				4.692,5700	46,93	0,02	0,11	0,29	100,00		
1 - Parque Estadual do Cantão	Estadual	1998	Lei nº 996 de 14/07/1998; alterado pela Lei nº 1.319 de 04/04/2002	90.017,8946	900,18	0,32	2,16	5,61	30,94	-	Pium
2 - Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins	Estadual	2000	Lei nº 1.179 de 04/10/2000	32.152,0000	321,52	0,12	0,77	2,00	11,05	-	Filadélfia
3 - Parque Estadual do Jalapão	Estadual	2001	Lei nº 1.203 de 12/01/2001	158.885,4662	1.588,85	0,57	3,81	9,89	54,60	-	Mateiros
4 - Parque Estadual do Lajeado	Estadual	2001	Lei nº 1.224 de 11/05/2001	9.930,9229	99,31	0,04	0,24	0,62	3,41	-	Palmas
Subtotal - Unidades de Conservação de Proteção Integral de Domínio Estadual				290.986,2837	2.909,86	1,05	6,97	18,12	100,00		
1 - Parque Nacional do Araguaia	Federal	1959	Decreto nº 47.570 de 31/12/1959, alterado pelos decretos nº 68.876 de 05/07/1971 e nº 84.844 de 24/06/1980	557.714,0000	5.577,14	2,01	13,37	34,73	42,57	-	Lagoa da Confusão, Pium
2 - Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins	Federal	2001	Decreto s/n de 27/07/2001	645.378,6628	6.453,79	2,32	15,47	40,19	49,26	Estados do TO e BA. Área total = 716.306,00ha.	Formoso do Rio Preto (BA); Alto Parnaíba (MA); Barreira do Piauí, Corrente, Gilbués e São Gonçalo da Gurguéia (PI); Lizarda, Mateiros e São Félix do Tocantins (TO).
3 - Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Federal	2002	Decreto s/n de 16/07/2002, alterado pela Lei nº 13.090 de 12/01/2015	107.075,4311	1.070,75	0,39	2,57	6,67	8,17	Estados do PI, MA, BA e TO. Área total = 749.848ha	Almas, Mateiros e Ponte Alta do Tocantins (TO); Rio da Conceição e Formoso do Rio Preto (BA).
Subtotal - Unidades de Conservação de Proteção Integral de Domínio federal				1.310.168,0939	13.101,68	4,72	31,40	81,59	100,00		
Total - Unidades de Conservação de Proteção Integral (Domínios Estadual + Federal)				1.605.846,9476	16.058,47	5,78	38,48	100,00	100,00		

Notas:

^[1] - Percentual de cada Unidade de Conservação de Proteção Integral em relação à totalidade da área das Unidades de Conservação (Proteção Integral e Uso Sustentável) do território tocantinense.^[2] - Percentual de cada Unidade de Conservação de Proteção Integral em relação à somatória da área das Unidades de Conservação de Proteção Integral do território tocantinense.^[3] - Percentual de cada Unidade de Conservação de Proteção Integral em relação à somatória da área das Unidades de Conservação de Uso Sustentável de domínio municipal, estadual e federal do território tocantinense.



Tabela 5 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Domínio Municipal

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% UCs ^[1]	Notas	Localização
1 - Área de Proteção Ambiental Serra do Estrondo	Municipal	2002	Decreto nº 267/2002 de 02/12/2002	6.310,3500	63,10	0,02	11,56	-	Paraíso do Tocantins
2 - Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari	Municipal	2002	Lei nº 806/2002 de 20/12/2002	26.152,0000	261,52	0,09	47,90	-	Araguatins
3 - Área de Proteção Ambiental Sapucaia	Municipal	2004	Lei nº 0104/2004 de 20/08/2004	17.208,8000	172,09	0,06	31,52	-	Piraquê
4 - Área de Proteção Ambiental Pé do Morro	Municipal	2017	Decreto nº 053/2017 de 28/11/2017	230,0000	2,30	0,00	0,42	-	Aragominas
Subtotal - Uso Sustentável				49.901,1500	499,01	0,18	91,40		
5 - Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono	Municipal	2012	Decreto nº 034/2012 de 02/07/2012	1.286,0600	12,86	0,00	2,36	-	São Félix do Tocantins
6 - Parque Natural de Palmeirópolis	Municipal	2016	Decreto nº 644/2016 de 02/09/2016	7,5100	0,075	0,00	0,01	-	Palmeirópolis
7 - Monumento Natural da Serra de Natividade	Municipal	2018	Decreto nº 074/2018 de 03/12/2018	3.399,0000	33,99	0,01	6,23	-	Natividade
Subtotal - Proteção Integral				4.692,5700	46,93	0,02	8,60		
Total - Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral de domínio municipal				54.593,7200	545,94	0,20	100,00		

Nota:

^[1] - Percentual de cada Unidade de Conservação em relação a soma das áreas de domínio municipal.

Tabela 6 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Domínio Estadual

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs ^[1]	% Ucs ^[2]	Notas	Localização
1 - Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado	Estadual	1997	Lei nº 906 de 20/05/1997	121.415,4996	1.214,15	0,44	4,40	4,91	-	Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Palmas, Tocantínia
2 - Área de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza	Estadual	1997	Lei nº 905 de 20/05/1997	50.359,7200	503,60	0,18	1,82	2,04	-	Peixe
3 - Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal / Cantão	Estadual	1997	Lei nº 907 de 20/05/1997	1.678.000,0000	16.780,00	6,04	60,75	67,91	-	Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada de Areia, Divinópolis, Dois Irmãos, Marianópolis, Monte Santo, Pium
4 - Área de Proteção Ambiental Lago de Palmas	Estadual	1999	Lei nº 1.098 de 20/10/1999	50.370,0000	503,70	0,18	1,82	2,04	-	Porto Nacional
5 - Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína	Estadual	1999	Lei nº 1.116 de 09/12/1999	15.821,5000	158,22	0,06	0,57	0,64	-	Araguaína
6 - Área de Proteção Ambiental Jalapão	Estadual	2000	Lei nº 1.172 de 31/07/2000	461.730,0000	4.617,30	1,66	16,72	18,69	Lei de criação republicada por incorreção no D.O.E. nº 970 de 13/09/2000	Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins
7 - Área de Proteção Ambiental Lago de Peixe / Angical	Estadual	2002	Decreto nº 1.444 de 18/03/2002	78.873,8200	788,74	0,28	2,86	3,19	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
8 - Área de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	Estadual	2002	Decreto nº 1.559 de 01/08/2002	14.525,1600	145,25	0,05	0,53	0,53	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
Subtotal - Uso Sustentável ^[3]				2.471.095,6996	24.710,96	8,90	89,46	100,00		
1 - Parque Estadual do Cantão	Estadual	1998	Lei nº 996 de 14/07/1998; alterada pela Lei nº 1.319 de 04/04/2002	90.017,8946	900,18	0,32	3,26	30,94	-	Pium
2 - Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins	Estadual	2000	Lei nº 1.179 de 04/10/2000	32.152,0000	321,52	0,12	1,16	11,05	-	Filadélfia
3 - Parque Estadual do Jalapão	Estadual	2001	Lei nº 1.203 de 12/01/2001	158.885,4662	1.588,85	0,57	5,75	54,60	-	Mateiros
4 - Parque Estadual do Lajeado	Estadual	2001	Lei nº 1.224 de 11/05/2001	9.930,9229	99,31	0,04	0,36	3,41	-	Palmas
Subtotal - Proteção Integral				290.986,2837	2.909,86	1,05	10,54	100,00		
Total - Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral de domínio estadual				2.762.081,9833	27.620,82	9,95	100,00	100,00		

Notas:

^[1] - Percentual de cada Unidade de Conservação em relação a soma das áreas de domínio estadual.^[2] - Percentual de cada Unidade de Conservação de domínio estadual em relação a soma das áreas de Uso Sustentável e de Proteção Integral, respectivamente.^[3] - A Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel, criada pelo Decreto Estadual nº 1.158 de 01/08/2002, foi revogada pelo Decreto Estadual nº 5.879 de 12/11/2018. Possuía uma superfície de 18.608,15 ha. Situava-se nos municípios de Xambioá, Ananás, Riachinho e Araguaína.



Tabela 7 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação de Domínio Federal

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs ^[1]	% Ucs ^[2]	Notas	Localização
1 - Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga	Federal	1990	Decreto 99.278 de 06/06/1990	27.182,3258	271,82	0,10	2,00	59,33	Estados do TO e MA. Área anterior ao PNNP = 61.000ha	Alto Parnaíba (MA), Mateiros (TO)
2 - Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins	Federal	1992	Decreto 535 de 20/05/1992	9.280,0000	92,80	0,03	0,68	20,25	-	Sampaio, Augustinópolis, Carrasco Bonito
3 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Minehaha	Federal	1996	Portaria 105/96-N de 26/11/1996	745,0000	7,45	0,00	0,05	1,63	-	Almas
5 - Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia	Federal	1998	Decreto de 02/10/1998	3.860,3570	38,60	0,01	0,28	8,43	Estados do TO, MT e GO. Área total = 359.190,105081ha.	Araguaçu (TO); Cocalinho (MT); Nova Crixás e São Miguel do Araguaia (GO)
6 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Sítio Monte Santo	Federal	1998	Portaria 146/98-N de 30/10/1998	52,7366	0,53	0,00	0,00	0,12	-	Palmas
7 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Bonita	Federal	2000	Portaria 106/2000 de 27/12/2000	127,9525	1,28	0,00	0,01	0,28	-	Abreulândia
8 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bela Vista	Federal	2001	Portaria 68 de 21/05/2001	113,6159	1,14	0,00	0,01	0,25	-	Palmas
9 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu	Federal	2004	Portaria nº 19 de 05/03/2004	60,1000	0,60	0,00	0,00	0,13	-	Pium
10 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Calixto	Federal	2009	Portaria nº 42 de 04/06/2009	364,7469	3,65	0,00	0,03	0,80	-	Dianópolis
11 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Sonhada	Federal	2010	Portaria nº 44 de 08/06/2010	930,9726	9,31	0,00	0,07	2,03	-	Pium
12 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão	Federal	2010	Portaria nº 58 de 27/07/2010	325,6500	3,26	0,00	0,02	0,71	-	São Félix do Tocantins
13 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bico do Javaés	Federal	2011	Portaria nº 99 de 02/12/2011	2760,72	27,61	0,01	0,07	6,03	-	Lagoa da Confusão
14 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Aurora Natura	Federal	2012	Portaria nº 108 de 11/10/2012	15,09	0,15	0,00	0,00	0,03	-	Aurora do Tocantins
Subtotal - Uso Sustentável				45.819,2673	458,1927	0,16	3,38	100,00		
15 - Parque Nacional do Araguaia	Federal	1959	Decreto nº 47.570 de 31/12/1959, alterado pelos decretos nº 68.876 de 05/07/1971 e nº 84.844 de 24/06/1980	557.714,0000	5.577,14	2,01	41,13	42,57	-	15 - Parque Nacional do Araguaia
16 - Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins	Federal	2001	Decreto de 27/07/2001	645.378,6628	6.453,79	2,32	47,59	49,26	Estados do TO e BA. Área total =	16 - Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins



Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs ^[1]	% Ucs ^[2]	Notas	Localização
									716.306,00ha.	
17 - Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Federal	2002	Decreto s/n de 16/07/2002	107.075,4311	1.070,75	0,39	7,90	8,17	Estados do PI, MA, BA e TO. Área total = 729.803, 551ha	17 - Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba
Subtotal - Proteção Integral				1.310.168,0939	13.101,68	4,72	96,62	100,00		
Total - Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral de domínio federal				1.355.987,3612	13.559,87	4,88	100,00	100,00		

Notas:

^[1] - Percentual de cada Unidade de Conservação em relação a soma das áreas de domínio federal.^[2] - Percentual de cada Unidade de Conservação de domínio federal em relação a soma das áreas de Uso Sustentável e de Proteção Integral, respectivamente.

Tabela 8 - Estado do Tocantins: Reservas Particulares do Patrimônio Natural^[1]

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs ^[2]	% Ucs ^[3]	Localização
1 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Minnehaha	Federal	1996	Portaria nº 105/96-N de 26/11/1996	745,0000	7,45000	0,0027	13,55	0,0177	Almas
2 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Sítio Ecológico Monte Santo	Federal	1998	Portaria nº 146/98-N de 30/10/1998	52,7366	0,52737	0,0002	0,96	0,0013	Palmas
3 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Bonita	Federal	2000	Portaria nº 106 de 27/12/2000	127,9525	1,27953	0,0005	2,33	0,0030	Abreulândia
4 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bela Vista	Federal	2001	Portaria nº 68 de 21/05/2001	113,6159	1,13616	0,0004	2,07	0,0027	Palmas
5 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu	Federal	2004	Portaria nº 19 de 05/03/2004	60,1000	0,60100	0,0002	1,09	0,0014	Pium
6 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Calixto	Federal	2009	Portaria nº 42 de 04/06/2009	364,7469	3,64747	0,0013	6,64	0,0087	Dianópolis
7 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Sonhada	Federal	2010	Portaria nº 44 de 08/06/2010	930,9726	9,30973	0,0034	16,94	0,0221	Pium
8 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão	Federal	2010	Portaria nº 58 de 27/07/2010	325,6500	3,25650	0,0012	5,92	0,0077	São Félix do Tocantins
9 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bico do Javaés	Federal	2011	Portaria nº 99 de 02/12/2011	2.760,7200	27,60720	0,0099	50,23	0,0657	Lagoa da Confusão
10 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Aurora Natura	Federal	2012	Portaria nº 108 de 11/10/2012	15,0900	0,15090	0,0001	0,27	0,0004	Aurora do Tocantins
Total - Reservas Particulares Do Patrimônio Natural				5.496,5845	54,97	0,0198	100,00	0,1308	

Notas:

^[1] - Informações obtidas a partir de: ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. 2018. Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN. Brasília.^[2] - Percentual de cada Reserva Particular do Patrimônio Natural em relação a soma das Reservas Particulares do Patrimônio Natural do território tocantinense.^[3] - Percentual de cada Reserva Particular do Patrimônio Natural em relação a soma das unidades de conservação do território tocantinense.

Tabela 9 - Estado do Tocantins: Terras e Áreas Indígenas^[1]

Unidade ^[3]	Domínio	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Áreas Indígenas	Fase Processo ^{[2][3]}	Nota	Localização
1 - Parque Indígena do Araguaia	Federal	Base Legal	1.358.499,4784	13.584,99	4,89	52,66	Regularizada	-	Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pium
2 - Área indígena Xerente	Federal	Decreto nº 71.107 de 14/09/1972, homologado pelo Decreto nº 97.838 de 16/06/1989	167.542,1058	1.675,42	0,60	6,49	Regularizada	-	Tocantínia, Aparecida do Rio Negro
3 - Área Indígena Krahôlândia	Federal	Decreto nº 99.062 de 07.03.1990	302.533,3971	3.025,33	1,09	11,73	Regularizada	-	Goiatins, Itacajá
4 - Área Indígena Funil (Xerente)	Federal	Decreto nº 269 de 29.10.1991	15.703,7974	157,04	0,06	0,61	Regularizada	-	Tocantínia
5 - Terra Indígena Xambioá	Federal	Decreto nº de 03/11/1997	3.326,3502	33,26	0,01	0,13	Regularizada	-	Santa Fé do Araguaia
6 - Terra Indígena Apinayé	Federal	Decreto s/n de 03/11/1997	141.904,2092	1.419,04	0,51	5,50	Regularizada	-	Tocantinópolis, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha, São Bento do Tocantins
7 - Terra Indígena Inãwébohona	Federal	Decreto s/n de 18/04/2006	377.113,5744	3.771,14	1,36	14,62	Regularizada	Limites desta Terra Indígena superpõe-se ao do Parque Nacional do Araguaia	Pium e Lagoa da Confusão
8 - Terra Indígena Maranduba	Federal	Decreto Federal s/n de 19/04/2005	200,3169	2,00	0,00	0,01	Regularizada	-	Araguacema -TO e Santa Maria das Barreiras-PA
9 - Terra Indígena krahô Kanela	Federal	Escritura Pública de Desapropriação amigável, Livro nº 07, Fls. 132/137, Ato nº 392 de 15/02/2007.	7.143,9399	71,44	0,03	0,28	Regularizada	-	Lagoa da Confusão e Cristalândia
10 - Terra Indígena Utaria Wyhyna / Iròdu Iràna	Federal	Portaria nº 3.574 de 3/11/2010, do Ministério da Justiça	177.466,0000	1.774,66	0,64	6,88	Declarada	Limites desta Terra Indígena superpõe-se ao do Parque Nacional do Araguaia	Pium
11 - Terra Indígena Taego Āwa	Federal	Portaria nº 566 de 11/05/2016, do Ministério da Justiça	28.510,00	285,10	0,10	-	Declarada	Portaria nº 478/2019. Constituição de Grupo Técnico. Levantamento e avaliação de benfeitorias por não índios na Terra Indígena.	Formoso do Araguaia
12 - Apinayé II	Federal	Em estudo	-	-	-	-	Em estudo	-	Tocantinópolis
13 - Wahuri	Federal	Portaria nº 658 de 30/06/2009, do Ministério da Justiça	-	-	-	-	Em estudo	Portaria nº 658/2009. Constituição de Grupo Técnico. Estudos necessários a identificação e delimitação da Terra Indígena	Sandolândia
14 - Canoanã	Federal	Portaria nº 658 de 30/06/2009, do Ministério da Justiça	-	-	-	-	Em estudo	Portaria nº 658/2009. Constituição de Grupo Técnico. Estudos necessários a identificação e delimitação da Terra Indígena.	Formoso do Araguaia
Total - Terras e Áreas Indígenas			2.579.943,1693	25.799,43	9,29	100,00			

Notas:

^[1] - As terras indígenas Inãwébohona e Utaria Wyhyna / Iròdu Iràna sobrepõe-se ao Parque Nacional do Araguaia (Unidade de Conservação de Proteção Integral).^[2] - Fase de Processo Administrativo. Dado obtido em: Brasil. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Terras Indígenas. Situação Fundiária. FUNAI, abril/2019. 1 mapa, color., 118,9 x 84,1 cm. Escala 1:5.000.000.^[3] - Informações obtidas em: Fundação Nacional do Índio. 2018. Coordenação Geral de Geoprocessamento. Brasília.

Tabela 10 - Estado do Tocantins: Unidades de Conservação e Terras Indígenas

Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs+Indig	Notas	Localização
1 - Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga	Federal	1990	Decreto nº 99.278 de 06/06/1990, alterada pelo Decreto s/n de 16/07/2002	27.182,3258	271,82	0,10	0,44	Estados do TO e MA. Área = 41.779,61ha	Alto Parnaíba (MA), Mateiros (TO)
2 - Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins	Federal	1992	Decreto nº 535 de 20/05/1992	9.280,0000	92,80	0,03	0,15	-	Sampaio, Augustinópolis, Carrasco Bonito
3 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Minehaha	Federal	1996	Portaria nº 105/96-N de 26/11/1996	745,0000	7,45	0,00	0,01	-	Almas
4 - Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado	Estadual	1997	Lei nº 906 de 20/05/1997	121.415,4996	1.214,15	0,44	1,96	-	Aparecida do Rio Negro, Lajeado, Palmas, Tocantínia
5 - Área de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza	Estadual	1997	Lei nº 905 de 20/05/1997	50.359,7200	503,60	0,18	0,81	-	Peixe
6 - Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal / Cantão	Estadual	1997	Lei nº 907 de 20/05/1997	1.678.000,0000	16.780,00	6,04	27,07	-	Abreulândia, Araguacema, Caseara, Chapada de Areia, Divinópolis, Dois Irmãos do Tocantins, Marianópolis, Monte Santo, Pium
7 - Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia	Federal	1998	Decreto s/n de 02/10/1998	3.860,3570	38,60	0,01	0,06	Estados do TO, MT e GO. Área total = 359.190,105081ha.	Araguaçu (TO); Cocalinho (MT); Nova Crixás e São Miguel do Araguaia (GO)
8 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Sítio Monte Santo	Federal	1998	Portaria nº 146/98-N de 30/10/1998	52,7366	0,53	0,00	0,00	-	Palmas
9 - Área de Proteção Ambiental Lago de Palmas	Estadual	1999	Lei nº 1.098 de 20/10/1999	50.370,0000	503,70	0,18	0,81	-	Porto Nacional
10 - Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína	Estadual	1999	Lei nº 1.116 de 09/12/1999	15.821,5000	158,22	0,06	0,26	-	Araguaína
11 - Área de Proteção Ambiental Jalapão	Estadual	2000	Lei nº 1.172 de 31/07/2000	461.730,0000	4.617,30	1,66	7,45	Lei de criação republicada por incorreção no D.O.E nº 970 de 13/09/2000	Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins
12 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Bonita	Federal	2000	Portaria nº 106/2000 de 27/12/2000	127,9525	1,28	0,00	0,00	-	Abreulândia
13 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Bela Vista	Federal	2001	Portaria nº 68 de 21/05/2001	113,6159	1,14	0,00	0,00	-	Palmas
14 - Área de Proteção Ambiental Lago de Peixe / Angical	Estadual	2002	Decreto nº 1.444 de 18/03/2002	78.873,8200	788,74	0,28	1,27	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
15 - Área de Proteção Ambiental Serra do Estrondo	Municipal	2002	Decreto nº 267/2002 de 02/12/2002	6.310,3500	63,10	0,02	0,10	-	Paraíso do Tocantins
16 - Área de Proteção Ambiental do Rio Taquari	Municipal	2002	Lei nº 806/2002 de 20/12/2002	26.152,0000	261,52	0,09	0,42	-	Araguatins



Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs+Indig	Notas	Localização
17 - Área de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis	Estadual	2002	Decreto nº 1.559 de 01/08/2002	14.525,1600	145,25	0,05	0,23	-	São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis
18 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu	Federal	2004	Portaria nº 819 de 05/03/2004	60,1000	0,60	0,00	0,00	-	Pium
19 - Área de Proteção Ambiental Sapucaia	Municipal	2004	Lei nº 0104/2004 de 20/08/2004	17.208,8000	172,09	0,06	0,28	-	Piraquê
20 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Calixto	Federal	2009	Portaria nº 42 de 04/06/2009	364,7469	3,65	0,00	0,01	-	Dianópolis
21 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Sonhada	Federal	2010	Portaria nº 44 de 08/06/2010	930,9726	9,31	0,00	0,02	-	Pium
22 - Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão	Federal	2010	Portaria nº 58 de 27/07/2010	325,6500	3,26	0,00	0,01	-	São Félix do Tocantins
23- Reserva Particular do Patrimônio Natural Bico do Javaés	Federal	2011	Portaria nº 99 de 02/12/2011	2.760,7200	27,61	0,01	0,04	-	Lagoa da Confusão
24- Reserva Particular do Patrimônio Natural Aurora Natura	Federal	2012	Portaria nº 108 de 11/10/2012	15,0900	0,15	0,00	0,00	-	Aurora do Tocantins
25 - Área de Proteção Ambiental Pé do Morro	Municipal	2017	Decreto nº 053/2017 de 28/11/2017	230,0000	2,30	0,00	0,00	-	Aragominas
Subtotal - Unidades de Conservação de Uso Sustentável^[1]				2.566.816,1169	25.668,16	9,24	41,41		
26 - Parque Nacional do Araguaia	Federal	1959	Decreto nº 47.570 de 31/12/1959, alterado pelos decretos nº 68.876 de 05/07/1971 e nº 84.844 de 24/06/1980	557.714,0000	5.577,14	2,01	9,00	-	Lagoa da Confusão, Pium
27 - Parque Estadual do Cantão	Estadual	1998	Lei 996 de 14/07/1998; alterado pela Lei 1.319 de 04/04/2002	90.017,8946	900,18	0,32	1,45	-	Pium
28 - Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins	Estadual	2000	Lei nº 1.179 de 04/10/2000	32.152,0000	321,52	0,12	0,52	-	Filadélfia
29 - Parque Estadual do Jalapão	Estadual	2001	Lei nº 1.203 de 12/01/2001	158.885,4662	1.588,85	0,57	2,56	-	Mateiros
30 - Parque Estadual do Lajeado	Estadual	2001	Lei nº 1.224 de 11/05/2001	9.930,9229	99,31	0,04	0,16	-	Palmas
31 - Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins	Federal	2001	Decreto s/n de 27/07/2001	645.378,6628	6.453,79	2,32	10,41	Estados do TO e BA. Área total = 716.306,00ha.	Formoso do Rio Preto (BA); Alto Parnaíba (MA); Barreira do Piauí, Corrente, Gilbués e São Gonçalo da Gurguéia (PI); Lizarda, Mateiros e São Félix do Tocantins (TO).



Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs+Indig	Notas	Localização
32 - Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba	Federal	2002	Decreto s/n de 16/07/2002, alterado pela Lei nº 13.090 de 12/01/2015	107.075,43113	1.070,75	0,39	1,73	Estados do PI, MA, BA e TO. Área total = 749.848ha	Almas, Mateiros e Ponte Alta do Tocantins (TO); Rio da Conceição e Formoso do Rio Preto (BA).
33 - Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono	Municipal	2012	Decreto nº 034/2012 de 02/07/2012	1.286,0600	12,86	0,00	0,02	-	São Félix do Tocantins
34 - Parque Natural de Palmeirópolis	Municipal	2016	Decreto nº 644/2016 de 02/09/2016	7,5100	0,075	0,00	0,00	-	Palmeirópolis
35 - Monumento Natural da Serra de Natividade	Municipal	2018	Decreto nº 074/2018 de 03/12/2018	3.399,0000	33,99	0,01	0,05	-	Natividade
Subtotal - Unidades de Conservação de Proteção Integral				1.605.846,9476	16.058,47	5,77	25,91		
1 - Parque Indígena do Araguaia	Federal	1971	Decreto nº 69.626 de 22/09/1971; alterado pelo Decreto nº 84.844 de 24/06/1990; homologado pelo Decreto s/n de 14/04/1998	1.358.499,4784	13.584,99	4,89	21,92	-	Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pium
2 - Área indígena Xerente	Federal	1972	Decreto nº 71.107 de 14/09/1972, homologado pelo Decreto nº 97.838 de 16/06/1989	167.542,1058	1.675,42	0,60	2,70	-	Tocantinópolis, Aparecida do Rio Negro
3 - Área Indígena Krahôlândia	Federal	1990	Decreto nº 99.062 de 07/03/1990	302.533,3971	3.025,33	1,09	4,88	-	Goiatins, Itacajá
4 - Área Indígena Funil (Xerente)	Federal	1991	Decreto nº 269 de 29/10/1991	15.703,7974	157,04	0,06	0,25	-	Tocantinópolis
5 - Terra Indígena Xambioá	Federal	1997	Decreto s/n de 03/11/1997	3.326,3502	33,26	0,01	0,05	-	Santa Fé do Araguaia
6 - Terra Indígena Apinayé	Federal	1997	Decreto s/n de 03/11/1997	141.904,2092	1.419,04	0,51	2,29	-	Tocantinópolis, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha, São Bento do Tocantins
7- Terra Indígena Inãwébohona	Federal	2006	Decreto s/n de 18/04/2006	377.113,5744	3.771,14	1,36	6,08	Limites desta Terra Indígena superpõe-se ao do Parque Nacional do Araguaia	Pium e Lagoa da Confusão
8 - Terra Indígena Maranduba	Federal	2005	Decreto s/n de 19/04/2005	200,3169	2,00	0,00	0,00	Estados do TO e PA	Araguacema -TO e Santa Maria das Barreiras-PA
9 - Terra Indígena krahô Kanela	Federal	2007	Escritura Pública de Desapropriação amigável, Livro nº 07, Fls. 132/137, Ato nº 392 de 15/02/2007	7.143,9399	71,44	0,03	0,12	-	Lagoa da Confusão e Cristalândia
10 - Terra Indígena Utaria Wyhyna / Irôdu Irâna	Federal	2010	Portaria nº 3.574 de 3/11/2010, do Ministério da Justiça	177.466,0000	1.774,66	0,64	2,86	Limites desta Terra Indígena superpõe-se ao do Parque Nacional do Araguaia	Pium



Unidade	Domínio	Ano	Base Legal	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Ucs+Indig	Notas	Localização
11 - Terra Indígena Taego Āwa	Federal	2016	Portaria nº 566 do Ministério da Justiça, de 11/05/2016	28.510,00	285,10	0,10	0,46	Constituição de Grupo Técnico. Levantamento e avaliação de benfeitorias por não índios na Terra Indígena.	Formoso do Araguaia
12 - Apinayé II	Federal	-	Em estudo	Em estudo	-	-	0,00	Em estudo	Tocantinópolis
13 - Wahuri	Federal	-	Portaria nº 658 de 30/06/2009, do Ministério da Justiça	Em estudo	-	-	0,00	Constituição de Grupo Técnico. Estudos necessários a identificação e delimitação da Terra Indígena	Sandolândia
14 - Canoanã	Federal	-	Portaria nº 658 de 30/06/2009, do Ministério da Justiça	Em estudo	-	-	0,00	Constituição de Grupo Técnico. Estudos necessários a identificação e delimitação da Terra Indígena.	Formoso do Araguaia
Subtotal - Terras e Áreas Indígenas ^[2]				2.025.363,5949	20.253,64	7,29	32,68		
Total - Unidades de Conservação (Uso Sustentável + Proteção Integral), e Terras e Áreas Indígenas				6.198.026,6594	61.980,27	22,32	100,00		

Notas:

^[1] - No Subtotal das Áreas Indígenas não foram incluídas as terras indígenas Inãwébohona e Utaria Wyhyna / Iròdu Iràna, em razão de sobreposição dos limites das mesmas com o Parque Nacional do Araguaia (Unidade de Conservação de Proteção Integral).

^[2] - A Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel, criada pelo Decreto Estadual Nº 1.158 de 01/08/2002, foi revogada pelo Decreto Estadual Nº 5.879 de 12/11/2018. Possuía uma superfície de 18.608,15 ha. Situava-se nos municípios de Xambioá, Ananás, Riachinho e Araguaia.

Tabela 11 - Estado do Tocantins: Áreas Potenciais Para Conservação Ambiental^{[1][2]}

Unidade	Domínio	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Áreas Potenciais	Localização
1 - Ribeirão Tranqueira	Estadual	71.124,4193	711,24	0,26	14,47	Guaraí, Presidente Kennedy
2 - Serra da Mombuca	Estadual	146.471,1266	1.464,71	0,53	29,81	Chapada da Natividade, Natividade, Pindorama do Tocantins
3 - Serra de Arraías	Estadual	101.960,7730	1.019,61	0,37	20,75	Arraías
4 - Serra do Bom Despacho	Estadual	34.021,5871	340,22	0,12	6,92	Arraías
5 - Jaú	Estadual	131.337,0276	1.313,37	0,47	26,73	Jau do Tocantins
6 - Encontro das Águas	Estadual	6.459,1868	64,59	0,02	1,31	Esperantina
Total		491.374,1204	4.913,74	1,77	100,00	

Notas:

^[1] - A definição das Áreas Potenciais à Conservação Ambiental teve como base inicial de informação os dados do Mapeamento da Cobertura e Uso da Terra do Estado do Tocantins - 1996 e do Zoneamento Agroecológico do Estado do Tocantins, disponíveis em: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2000. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Atlas Digital do Tocantins - Base de Dados Geográficos**. Versão 1.0. Palmas, Seplan/DZE, 2000. 2 CD-ROM.

^[2] - As Áreas Potenciais à Conservação Ambiental foram propostas e delimitadas em função de suas características físicas, regiões fitoecológicas, cobertura vegetal e uso das terras, localização geográfica dentro de bacias hidrográficas e belezas cênicas. Com relação às suas características físicas, regionalmente, estas áreas apresentam alta fragilidade ambiental. Para maiores informações vide: SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2001. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Áreas Prioritárias e Potenciais para Conservação Ambiental**. Palmas: Seplan/DZE. 12 p. jan.

Tabela 12 - Estado do Tocantins: Áreas com Avaliação Ecológica^[1]

Unidade	Domínio	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Áreas	Base Técnica	Localização
Aurora	Estadual	67.621,9039	676,22	0,24	3,89	Avaliação Ecológica Rápida do Sudoeste/Sudeste do Estado do Tocantins	Aurora do Tocantins
1 - Barra do Lajes e Corda	Estadual	29.560,0000	295,60	0,11	1,70	Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Estado do Tocantins	Piraquê, Darcinópolis, Riachinho, Wanderlândia
2 - Carrasco do Água Branca	Estadual	23.220,0000	232,20	0,08	1,34	Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Estado do Tocantins	Cachoeirinha, Luzinópolis, Nazaré, Ananás, São Bento do Tocantins
3 - Chapadas do Curicaca	Estadual	19.420,0000	194,20	0,07	1,12	Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Estado do Tocantins	Darcinópolis
4 - Interflúvio Tocantins-Paraná	Estadual	383.849,3216	3.838,49	1,38	22,09	Avaliação Ecológica Rápida do Sudoeste/Sudeste do Estado do Tocantins	Paraná
5 - Serra Quebrada	Estadual	14.990,0000	149,90	0,05	0,86	Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Estado do Tocantins	São Miguel do Tocantins, Itaguatins
6 - Vale do Rio Palmeiras	Estadual	159.960,6414	1.599,61	0,58	9,21	Avaliação Ecológica Rápida do Sudoeste/Sudeste do Estado do Tocantins	Novo Jardim, Taipas do Tocantins e Dianópolis
7 - Serra da Cangalha	Estadual	121.959,3147	1.219,59	0,44	7,02	Estudos de Flora e Fauna da Região Nordeste do Estado do Tocantins	Goiatins, Campos Lindos
8 - Baixo Manoel Alves	Estadual	87.846,8263	878,47	0,32	5,06	Estudos de Flora e Fauna da Região Nordeste do Estado do Tocantins	Filadélfia, Barra do Ouro, Goiatins
9 - krahô-Geral do Tocantins	Estadual	322.038,6870	3.220,39	1,16	18,53	Estudos de Flora e Fauna da Região Nordeste do Estado do Tocantins	Campos Lindos, Recursolândia
10 - São Félix	Estadual	287.712,8882	2.877,13	1,04	16,56	Estudos de Flora e Fauna das Regiões Central e Leste do Estado do Tocantins	São Félix do Tocantins, Lizarda
11 - Lizarda	Estadual	219.297,6273	2.192,99	0,79	12,62	Estudos de Flora e Fauna das Regiões Central e Leste do Estado do Tocantins	Lizarda
Total - Áreas com Avaliação Ecológica		1.737.477,2104	17.374,77	6,26	100,00		

Nota:

^[1] Não foram inseridos neste documento as avaliações executadas pelo Governo Federal.

Tabela 13 - Estado do Tocantins: Corredores Ecológicos

Unidade	Domínio	Área (ha)	Área (km²)	% Estado	% Corredores	Base Técnica	Notas	Localização
1 - Corredor Ecológico Tocantins-Araguaia	Estadual	442.760,0000	4.427,60	1,59	3,53	Lei Estadual nº 2.656 de 06/12/2012	Área total = 442.760,00 ha.	Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguaatins, Axixá do Tocantinscantins, Cachoeirinha, Darcinópolis, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Piraquê, Riachinho, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Tocantinópolis e Wanderlândia
2 - Corredor Uruçui- Mirador ^[1]	Federal	1.040.686,0000	10.406,86	3,75	8,30	Ministério do Meio Ambiente	Estados do TO, MA e PI. Área total [2]= 13.499.968 ha	Campos Lindos, Centenário, Goiatins, Itacajá, Lizarda e Recursolândia
3 - Corredor Araguaia-Bananal ^[1]	Federal	7.176.604,5838	71.766,05	25,84	57,23	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Estados do TO PA, MT e GO. Área total [3] = 15.894.449 ha	Abreulândia, Araguacema, Araguaçu, Caseara, Chapada da Areia, Couto Magalhães, Cristalândia, Crixás, Divinópolis do Tocantins, Dois Irmãos do Tocantins, Dueré, Formoso do Araguaia, Goianorte, Lagoa da Confusão, Marianópolis, Monte Santo do Tocantins, Pium, Sandolândia
4 - Corredor Paranã-Pirineus ^[1]	Federal	2.478.651,00	24.786,51	8,92	19,77	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	Estados do TO, GO e DF Área total [2] = 9.973.409 ha.	Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Conceição do Tocantins, Dianópolis, Lavandeira, Novo Alegre, Novo Jardim, Paraná, Ponte Alta do Bom Jesus, Taguatinga, Taipas do Tocantins, Paraná, Peixe, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade e Taguatinga
5 - Mosaico do Jalapão	Federal	1.401.863,60	14.018,64	5,05	11,18	Portaria nº 434 de 29/09/2016, do Ministério do Meio Ambiente.	Estados do TO e BA, PI e MA [3]. Área total = 1.921.468,67 ha	Almas, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins, Rio da Conceição, Rio Sono, Santa Tereza do Tocantins e São Félix do Tocantins
Total - Corredores Ecológicos		12.540.565,1797	125.405,65	45,16	100,00			

Notas:

^[1] - Superfície no território tocaninense calculada com base na manipulação de dados por meio de Sistema de Informação Geográficas.

^[2] - Superfície segundo Ibama, citado em MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. 2007. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio). Produto 1: Síntese de experiências de corredores no Brasil. Versão 3.2. Brasília: MMA/Probio.

^[3] - De acordo com a Portaria nº 434 de 29/09/2016 do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, o Mosaico do Jalapão engloba unidades de conservação de uso sustentável e proteção integral nos estados do Tocantins e Bahia. Contudo, duas dessas áreas - Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba - estendem-se também para os estados do Maranhão e Piauí. Desse modo, o cálculo da área total abrangeu os estados do Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí.

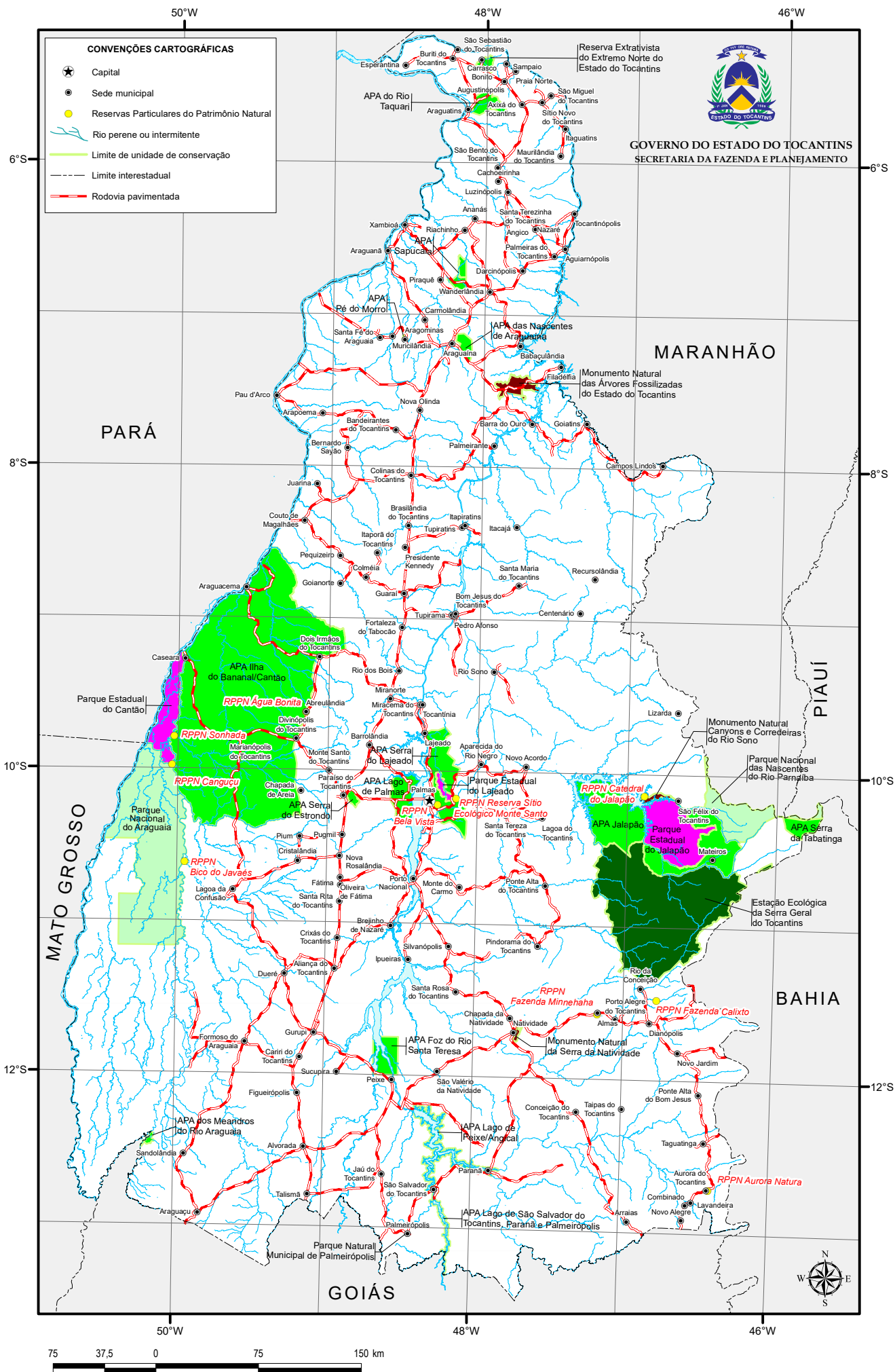




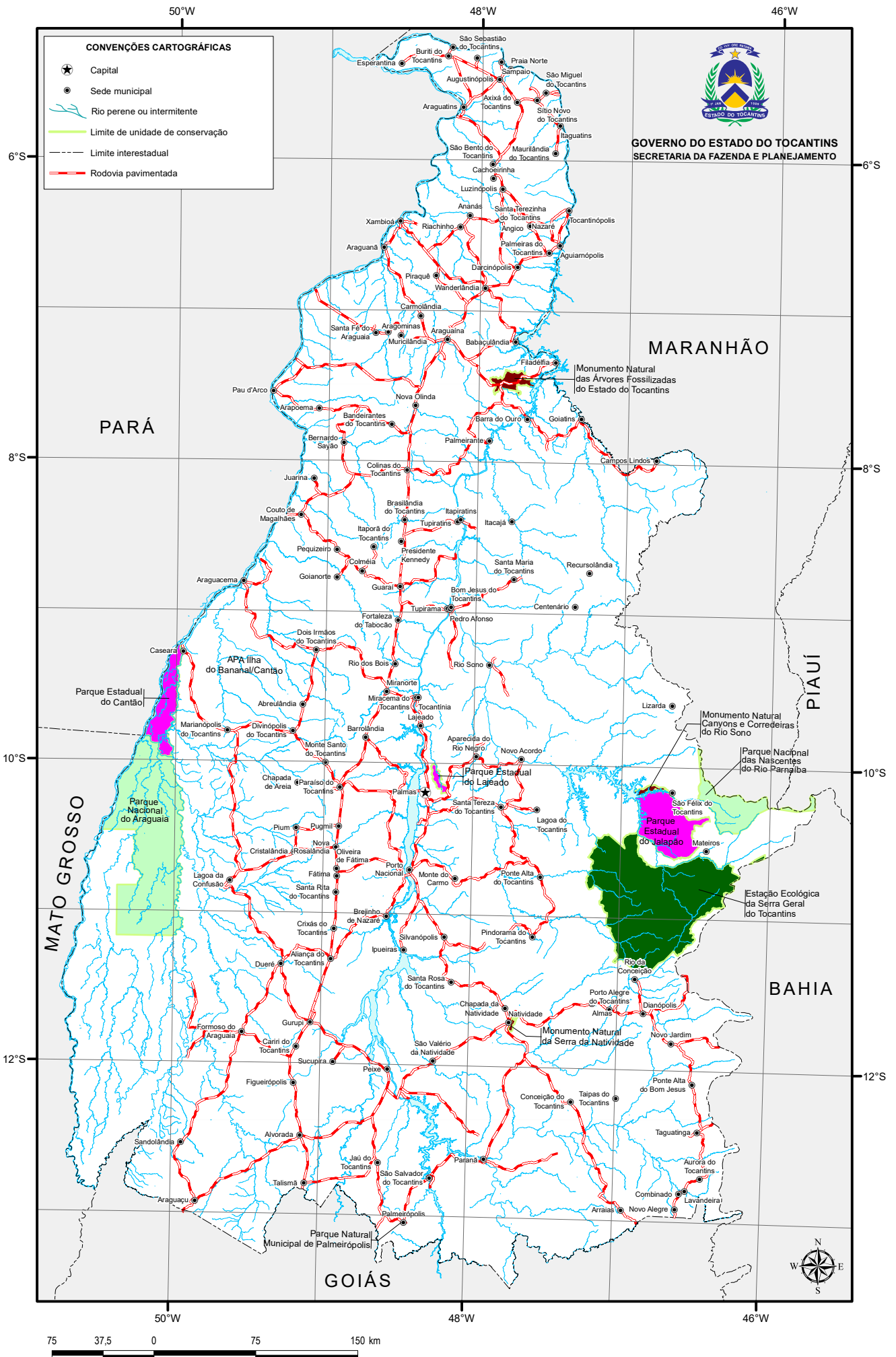
MAPAS



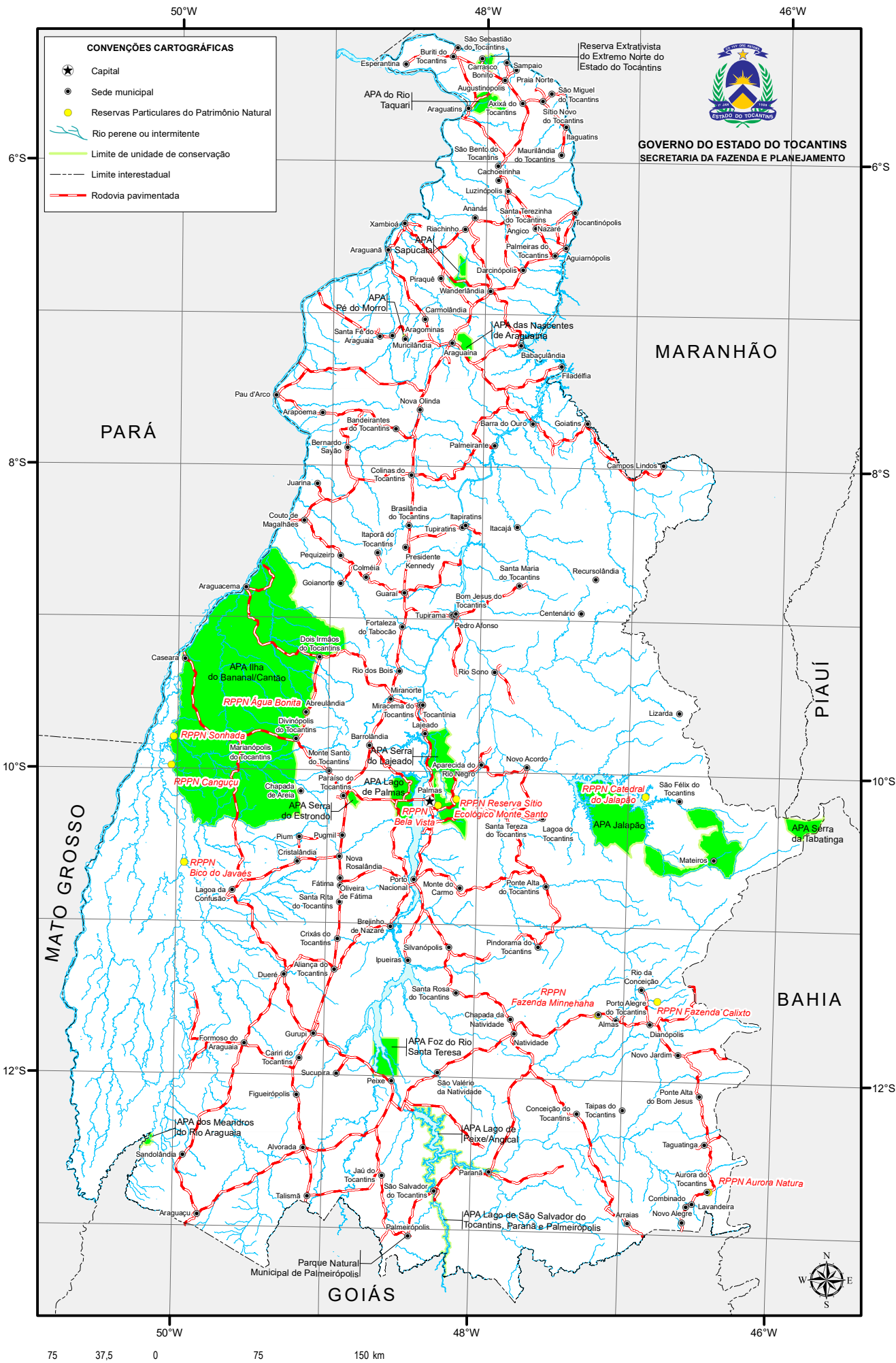
Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Proteção Integral



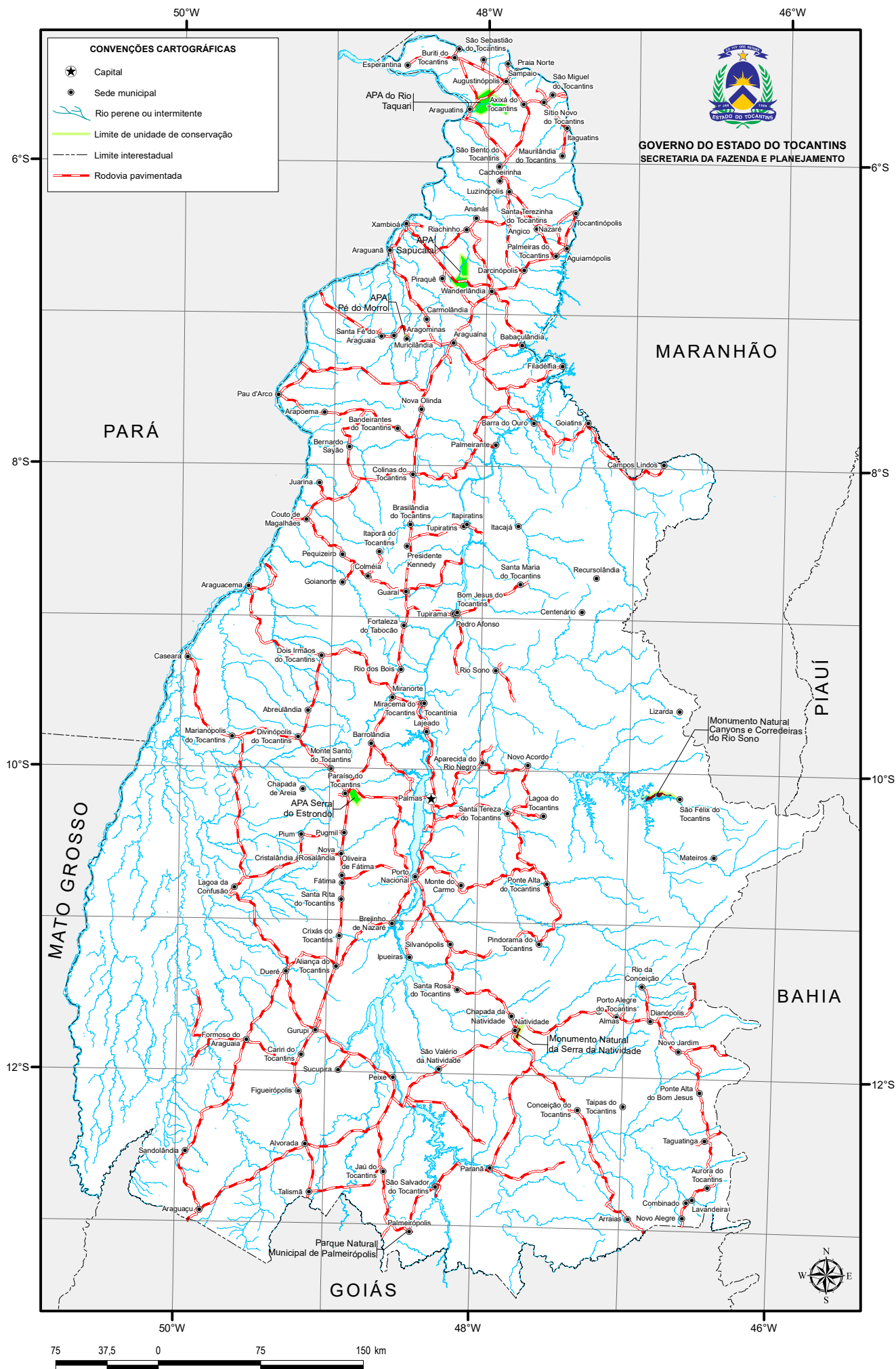
Unidades de Conservação de Proteção Integral



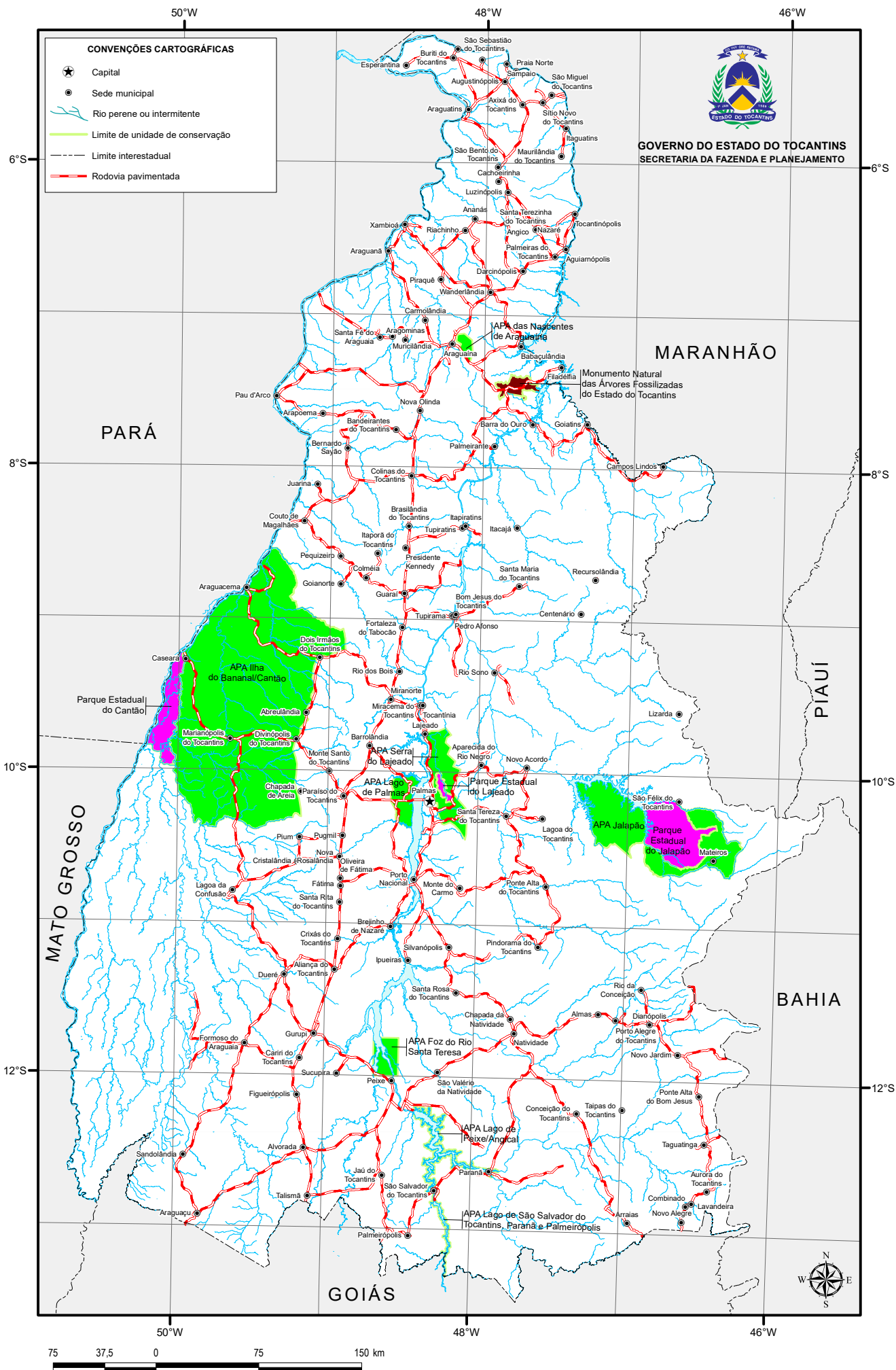
Unidades de Conservação de Uso Sustentável



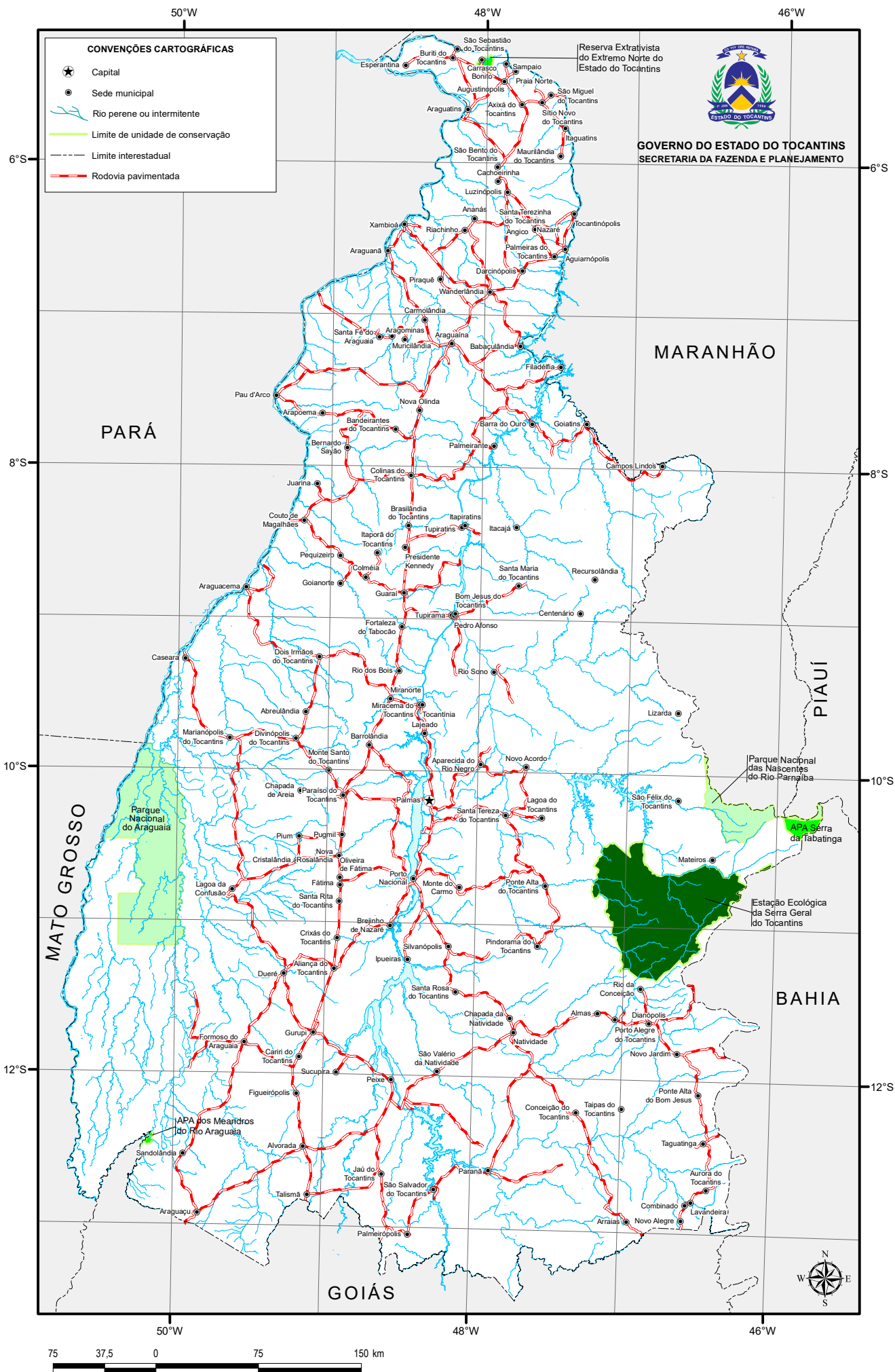
Unidades de Conservação de Domínio Municipal



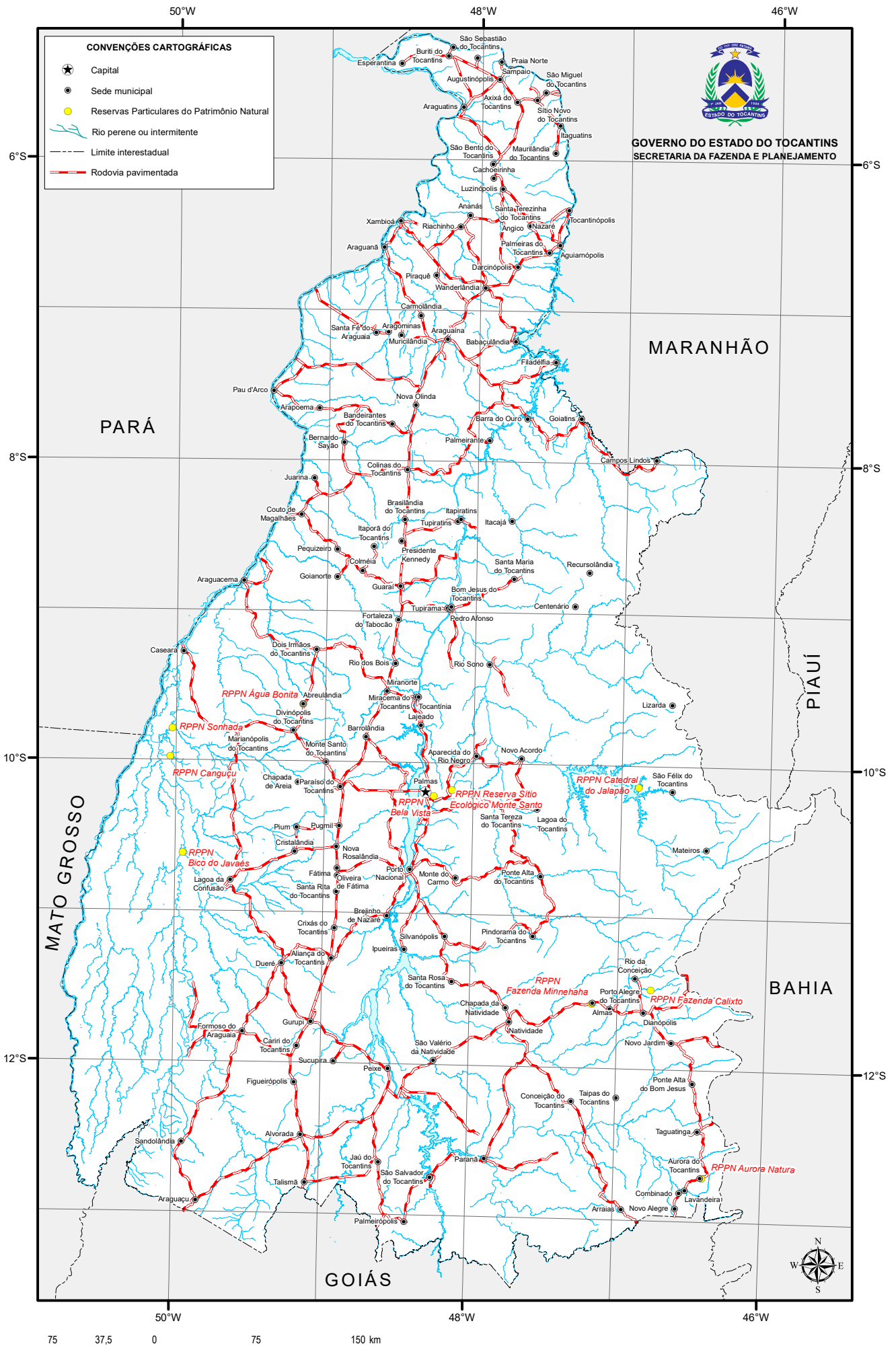
Unidades de Conservação de Domínio Estadual



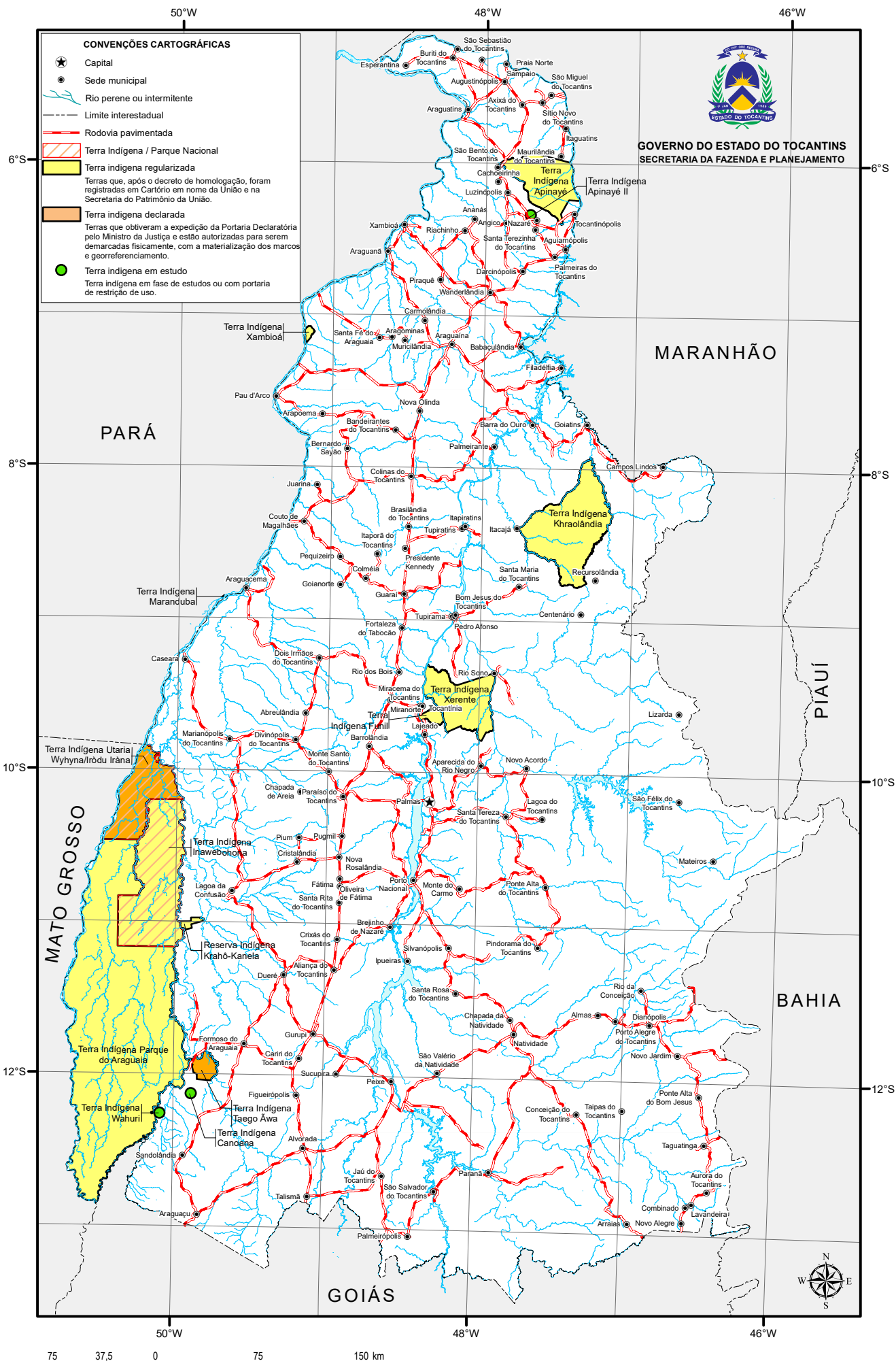
Unidades de Conservação de Domínio Federal



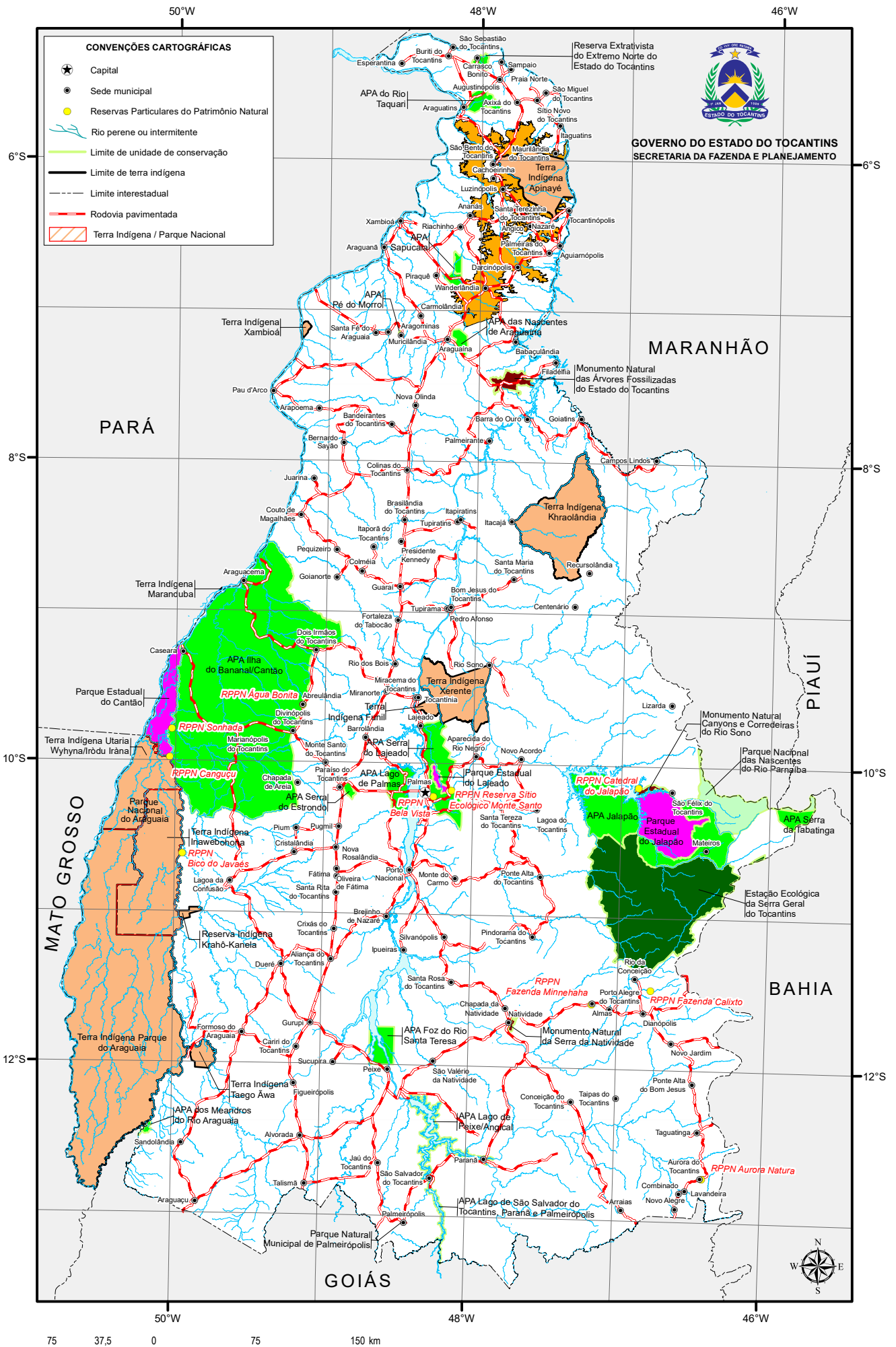
Reservas Particulares do Patrimônio Natural



Terras Indígenas



Áreas de Uso Legal Restrito





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Legenda: Áreas de Uso Legal Restrito

	Corredor ecológico (4.427,6 km ² - 1,59 %)
	Terras indígenas (20.253,64 km ² - 7,29%) ¹
Unidades de conservação implantadas (41.726,63 km ² - 15,02%)	
Proteção integral (16.058,47 km ² - 5,78%)	
	Parque Natural Municipal (0,075 km ² - 0,00%)
	Parque Estadual (2.588,34 km ² - 0,93%)
	Monumento Natural (368,37 km ² - 0,13%)
	Estação Ecológica (6.453,79 km ² - 2,32%)
	Parque Nacional (6.647,89 km ² - 2,39%)
Uso sustentável (25.668,16 km ² - 9,24%)	
	Área de Proteção Ambiental (25.520,4 km ² - 9,19%)
	Reserva Extrativista (92,8 km ² - 0,03%)
	Reservas Particulares do Patrimônio Natural (54,97 km ² - 0,02%)

NOTA TÉCNICA

PARQUE ESTADUAL E NACIONAL

Os parques nacionais e estaduais têm como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.²

TERRAS INDÍGENAS

São áreas tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.³

ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

São áreas em geral extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação humana e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.²

ESTAÇÃO ECOLÓGICA

Áreas de proteção integral cujo objetivo é a preservação da natureza e a pesquisa científica.²

MONUMENTO NATURAL

Os monumentos naturais têm como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.²

CORREDOR ECOLÓGICO

Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais que ligam unidades de conservação, possibilitam o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que das unidades individuais.²

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN

Área privada, gravada com perpetuidade, com objetivo de conservar a diversidade biológica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades turísticas, recreativas e educacionais.²

¹Na somatória da superfície correspondente às Terras Indígenas não foram computadas as terras indígenas Inãwébohona e Utaria Wyhyna / Irôdu Irâna em razão de haver sobreposição dos limites das mesmas com o Parque Nacional do Araguaia (Unidade de Conservação de Proteção Integral).

²Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SEUC; Lei Estadual nº 1560, de 5 de abril de 2005 - Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC.

³Art. 231, § 1º da Constituição Federal de 1988.

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

	Rio perene ou intermitente		Capital
	Terra indígena / Parque Nacional		Sede municipal



BIBLIOGRAFIA E BASE LEGAL



Unidades de Conservação de Proteção Integral

- **Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO TOCANTINS. Decreto Nº 034/2012, de 02 de julho de 2012. Cria o Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono, no Município de São Félix do Tocantins, estado do Tocantins, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 20 ago. 2012. Número 3.696, p. 49-53.

- **Parque Natural de Palmeirópolis**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS. Decreto Nº 644/2012, de 02 de setembro de 2016. Cria o Parque Natural Municipal de Palmeirópolis e dá outras providências. Palmeirópolis, 02 set. 2016.

- **Monumento Natural de Serra de Natividade**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE. **Decreto Nº 074 de 03 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a Criação do Monumento Natural da Serra de Natividade - TO e dá outras providências. Natividade, 03 dez. 2018.

- **Parque Estadual do Cantão**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 996, de 14 de julho de 1998. Cria o Parque Estadual do Cantão e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 15 jul. 1998. Número 711, p. 1.

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 1.319, de 04 de abril de 2002. Altera o art 2º da Lei 996, de 14 de julho de 1998. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 08 abril. 2002. Número 1.163, p. 27858.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2001. Diretoria de Zoneamento de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (DMA). **Plano de manejo do Parque Estadual do Cantão**. Palmas: Seplan/DMA. 117 p.

- **Parque Estadual do Jalapão**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 1.203, de 12 de janeiro de 2001. Cria o Parque Estadual do Jalapão e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 12 jan. 2001. Número 1.004, p. 22287-22288.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2003. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Jalapão**. Palmas: Seplan. 132 p.

- **Parque Estadual do Lajeado**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 1.224, de 11 de maio de 2001. Cria o Parque Estadual do Lajeado e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 11 maio. 2001. Número 1.039, p. 23408-23409.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN / INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS. 2005. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Lajeado**. Palmas: Seplan/Naturatins. 337 p.

- **Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 1.179, de 04 de outubro de 2000. Cria, na área que especifica, o Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 18 out. 2000. Número 981, p. 21455-21456.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2005. Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (DMA). **Plano de Manejo do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins**. Palmas: Seplan/DMA. 4 v.

- **Parque Nacional do Araguaia**

BRASIL. Decreto Nº 47.570, de 31 de Dezembro de 1959. Cria o Parque Nacional de Araguaia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jan. 1960. Seção 1, p. 190.

BRASIL. Decreto Nº 84.844, de 24 de Junho de 1980. Altera os limites do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 1980. Seção 1, p. 12672.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. 2001. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia - TO**. Brasília: MMA. 103 p.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria Nº 103, de 6 de Dezembro de 2011. Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Araguaia/TO. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 dez. 2011. Número 235. Seção 1, p. 93.

- **Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba**

BRASIL. Decreto S/N, de 16 de Julho de 2002. Cria o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2002.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria Nº 142, de 19 de Dezembro de 2014. Cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins (Processo Nº 02070.002321/2014-54). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 dez. 2014. Número 249. Seção 1, p. 107.

BRASIL. Decreto Lei Nº 13.090, de 12 de Janeiro de 2015. Altera os limites do Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, criado pelo Decreto S/Nº 16 de julho de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Seção 1, Número 8, p. 3.

- **Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins**

BRASIL. Decreto S/N, de 27 de Setembro de 2001. Cria a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, nos Estados do Tocantins e da Bahia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 set. 2001.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Portaria Nº 45, de 2 de Abril de 2012. Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins/TO. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 abr. 2012. Número 65. Seção 1, p. 171.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. 2014. Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (Diman). **Plano de Manejo para a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins**. Brasília: ICMBio/Diman. 575 p.

Unidades de Conservação de Uso Sustentável

- **Área de Proteção Ambiental Municipal Serra do Estrondo**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS. **Decreto Nº 267 de 2 de dezembro de 2002**. Cria a Área de Proteção Ambiental Serra do Estrondo (Serra de São Pedro), e dá outras providências. Paraíso do Tocantins. 2002.

- **Área de Proteção Ambiental Municipal do Rio Taquari**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS. Lei Nº 806/2002, de 20 de dezembro de 2002. Cria a Unidade de Conservação Ambiental Municipal denominada APA Municipal do Rio Taquari e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO. 2002.

- **Área de Proteção Ambiental Municipal Sapucaia**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUÊ. Lei Nº 104/2004, de 20 de agosto de 2004. Cria a Unidade de Conservação Ambiental Municipal denominada APA Municipal Sapucaia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 27 ago. 2004. Número 1.752, p. 17-18.

- **Área de Proteção Ambiental Municipal Pé do Morro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGOMINAS. Decreto Nº 053/2017, de 28 de novembro de 2017. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Pé do Morro e dá outras providências. Palmas, 21 mar. 2019.

- **Área de Proteção Ambiental Foz do Rio Santa Tereza**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 905, de 20 de maio de 1997. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Foz do Rio Santa Tereza, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 21 maio. 1997. Número 599, p. 7495-7496.

- **Área de Proteção Ambiental Ilha do Bananal / Cantão**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 907, de 20 de maio de 1997. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Ilha do Bananal/Cantão, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 20 maio. 1997. Número 599, p. 7498.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS. 2000. **Plano de Gestão da Área de Proteção Ambiental - APA, Ilha do Bananal/Cantão - TO**. Palmas/Brasília. 4 v.

- **Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 906, de 20 de maio de 1997. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA "SERRA DO LAJEADO", e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 21 maio. 1997. Número 599, p. 7496-7497.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2004. **Plano de Manejo da APA Serra do Lajeado**. Secretaria de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Palmas: Seplan. 324 p.

- **Área de Proteção Ambiental das Nascentes de Araguaína**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 1.116, de 09 de dezembro de 1999. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA das Nascentes de Araguaína. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 09 dez. 1999. Número 869, p. 18102.

- **Área de Proteção Ambiental Lago de Palmas**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 1.098, de 20 de outubro de 1999. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Lago de Palmas. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, 25 out. 1999. Número 855, p. 17572-17573.

- **Área de Proteção Ambiental Jalapão**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 1.172, de 31 de julho de 2000. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Jalapão. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 08 ago. 2000. Número 958, p. 20712.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2003. **Plano de Manejo da APA Jalapão**. Palmas: Seplan.

- **Área de Proteção Ambiental Lago de Peixe/Angical**

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 1.444, de 18 de março de 2002. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA Lago de Peixe/Angical. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 20 mar. 2002. Número 1.153, p. 27314-27315.

- **Área de Proteção Ambiental Lago de Santa Isabel**

ESTADO DO TOCANTINS. Decreto Nº 1.558, de 1º de agosto de 2002. Institui a Unidade de Conservação denominada APA - Lago de Santa Isabel, e adota outras providências. Palmas, 07 fev. 2002.

ESTADO DO TOCANTINS. Decreto Nº 5.879, de 12 de novembro de 2018. Revoga o Decreto 1.558, de 1º de agosto de 2002. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 14 nov. 2018. Número 5.237, p. 1.

- **Área de Proteção Ambiental Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis**

ESTADO DO TOCANTINS. Decreto Nº 1.559, de 1º de agosto de 2002. Institui a Unidade de Conservação denominada APA - Lago de São Salvador do Tocantins, Paranã e Palmeirópolis, e adota outras providências. Palmas, 07 fev. 2002.

- **Área de Proteção Ambiental Meandros do Rio Araguaia**

BRASIL. Decreto S/N, de 2 de outubro de 1998. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental dos Meandros do Rio Araguaia, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Tocantins e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1998.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Portaria Nº 26, 11 de abril de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 abr. 2007. Número 70. Seção 1, p. 73.

- **Área de Proteção Ambiental Serra da Tabatinga**

BRASIL. Decreto Nº 99.278, de 06 de Junho de 1990. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA nos Estados do Maranhão e Tocantins e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jun. 1990. Seção 1, p. 10892-10893.

BRASIL. Decreto S/N, de 16 de Julho de 2002. Cria o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, Bahia e Tocantins, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 2002.

- **Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins**

BRASIL. Decreto Nº 535, de 20 de Maio de 1992. Cria a Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 1992.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Decreto Nº 34, de 20 de Maio de 2011. Cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Tocantins/TO. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 1980. Número 97. Seção 1, p. 78.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Água Bonita**

BRASIL. Portaria Nº 106, de 27 de Dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2000. Número 249-E. Seção 1, p. 184.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Bela Vista**

BRASIL. Portaria Nº 68, de 21 de Maio de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 jun. 2001. Número 107-E. Seção 1, p. 393.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Bico do Javaés**

BRASIL. Portaria Nº 99, de 02 de Dezembro de 2011. Cria a RPPN Bico do Javaés. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 dez. 2011. Número 232. Seção 1, p. 131-132.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Canguçu**

BRASIL. Portaria Nº 19, de 05 de Março de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 mar. 2004. Número 45. Seção 1, p. 61.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Catedral do Jalapão**

BRASIL. Portaria Nº 58, de 27 de Julho de 2010. Cria a RPPN Catedral do Jalapão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 jul. 2010. Número 143. Seção 1, p. 159.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Calixto**

BRASIL. Portaria Nº 42, de 04 de Junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 jun. 2009. Número 106. Seção 1, p. 165.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Minehaha**

BRASIL. Portaria Nº 105/96-N, de 26 de Novembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 nov. 1996. Número 230. Seção 1, p. 25037.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Reserva Ecológica Sítio Monte Santo**

BRASIL. Portaria Nº 146-N, de 30 de Outubro de 1998. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 nov. 1998. Número 209. Seção 1, p. 36.

- **Reserva Particular do Patrimônio Natural Sonhada**

BRASIL. Portaria Nº 44, de 08 de Junho de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jun. 2010. Número 108. Seção 1, p. 79.

Terras Indígenas

- **Parque Indígena do Araguaia**

BRASIL. Decreto Nº 69.263, de 22 de Setembro de 1971. Cria o Parque Indígena do Araguaia entre os Estados de Goiás e Mato Grosso, estabelecendo seus limites. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 set. 1971. p. 7767-2.

BRASIL. Decreto Nº 84.844, de 24 de Junho de 1980. Altera os limites do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 1980. Seção 1, p. 12672.

BRASIL. Decreto s/n de 14 de Abril de 1998. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Parque do Araguaia, localizada nos Municípios de Formoso do Araguaia, Pium e Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 1998.

- **Terra Indígena Apinayé**

BRASIL. Decreto S/N, de 03 de Novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Apinayé, localizada nos Municípios de Itaguatins, Maurilândia e Tocantinópolis, Estado do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 nov. 1997.

- **Área Indígena Funil (Xerente)**

BRASIL. Decreto Nº 269, de 29 de Outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da área indígena Funil, no Estado do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 out. 1991.

- **Terra Indígena Inãwébohona**

BRASIL. Decreto S/N, de 18 de Abril de 2006. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Inãwébohona, localizada nos Municípios de Pium e Lagoa da Confusão, no Estado do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 abr. 2006. Seção 1, p. 7.

- **Área Indígena Kraolândia**

BRASIL. Decreto Nº 99.062, de 07 de Março de 1990. Homologa a demarcação da Area Indígena Kraolândia, Estado do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 mar. 1990.

- **Terra Indígena Krahô Kanela**

BRASIL. Ato Nº 392 de 15 de fevereiro de 2007. Escritura Pública de Desapropriação amigável, Livro nº 07, Fls. 132/137. Comarca de Cristalândia. Município de Lagoa da Confusão, TO, 23 fev. 2007.

- **Terra Indígena Maranduba**

BRASIL. Decreto S/N, de 19 de Abril de 2005. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Maranduba, localizada nos Municípios de Santa Maria das Barreiras e Araguacema, Estados do Pará e Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr. 2005. Seção 1, p. 7.

- **Terra Indígena Utaria Wyhyna / Iròdu Iràna**

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Nº 3.574 de 03 de Novembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 nov. 2010. Seção 1, p. 68.

- **Terra Indígena Xambioá**

BRASIL. Decreto s/n de 03 de Novembro de 1997. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Xambioá, localizada no Município de Araguaina, Estado do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 nov. 1997.

- **Área Indígena Xerente**

BRASIL. Decreto Nº 97.838, de 16 de Junho de 1989. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Xerente que menciona, no Estado do Tocantins. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 1989.

- **Terra Indígena Taego Æwa**

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria Nº 566 de 11 de Maio de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 maio. 2016. Número 90. Seção 1, p. 78.

Terras Indígenas - Estudos

- **Terra Indígena Canoanã**

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Portaria Nº 658 de 30 de Junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 jul. 2009.

- **Terra Indígena Wahuri**

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. Portaria Nº 658 de 30 de Junho de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 jul. 2009.

- **Terra Indígena Taego Æwa**

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Fundação Nacional do Índio. Portaria Nº 478, de 16 de Abril de 2019. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2019. Número 79. Seção 2.

- **Populações Tradicionais**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO - SEPLAN. 2016. Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. Diretoria Pesquisa e Informações Econômicas. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais (GIES). Zoneamento Ecológico-Econômico. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. **Populações Tradicionais**. Palmas, SEPLAN/GIES. 159 p., ilust.

Áreas Potenciais para Conservação Ambiental

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2000. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Atlas Digital do Tocantins - Base de Dados Geográficos**. versão 1.0. Palmas, SEPLAN/DZE, 2000. 2 CD-ROM.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2000. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Uma Indicação de Potencial de Uso das Terras do Tocantins**. Org. por Ricardo Ribeiro Dias. Palmas, SEPLAN/DZE. 14p. ilustr.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2001. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Áreas Prioritárias e Potenciais para Conservação Ambiental**. Palmas: SEPLAN/DZE. 12 p. jan.

Avaliações Ecológicas

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2005. Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (DMA). **Estudos para a seleção das áreas de maior potencial para a conversão em unidades de conservação, incluindo a realização de estudos de flora e fauna (Regiões Noroeste / Nordeste do estado do Tocantins)**. Palmas: SEPLAN/DMA. 203 p.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2006. Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (DMA). **Pesquisa de Fauna e Flora e Elaboração dos estudos das alterações da cobertura vegetal e da ocupação antrópica nas regiões Central e Leste do estado do Tocantins**. Palmas: SEPLAN/DMA. v 1 e 2. 346 p.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2004. Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (DMA). **Avaliação Ecológica Rápida para Seleção de Áreas Prioritárias para Conservação (Sudoeste/Sudeste do Estado do Tocantins)**. Palmas: SEPLAN/DMA. 203 p.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. (DMA). **Estudos para a seleção das áreas de maior potencial para a conversão em unidades de conservação na região Centro-Oeste do Tocantins**. Palmas: SEPLAN/DMA, 2006.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2004. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico. Projeto de Gestão Ambiental Integrada da Região do Bico do Papagaio. **Estudo de Flora e Fauna do Norte do Estado do Tocantins**. (DIAS, R. R., org.). Palmas: SEPLAN/DZE. 154 p. (ZEE - Tocantins).

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH. 2014. Diretoria de Instrumentos e Gestão Ambiental (DIGA). **Levantamento da situação fundiária das áreas prioritárias para criação de unidade de conservação nas áreas Serra da Cangalha, Vale do Rio Palmeiras e Interflúvio Tocantins-Paraná**. Palmas: SEMARH/DIGA.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH. 2016. Diretoria de Instrumentos e Gestão Ambiental (DIGA). **Diagnóstico socioeconômico e fundiário da área proposta para criação da Unidade de Conservação do Vale do Rio Corda**. Palmas: SEMARH/DIGA.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH. 2018. Diretoria de Instrumentos e Gestão Ambiental (DIGA). **Diagnóstico dos Aspectos Naturais (Bióticos e Abióticos) da Área do Vale do Rio Corda**. Palmas: SEMARH/DIGA.

Corredores Ecológicos

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2004. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). Projeto de Gestão Ambiental Integrada da Região do Bico do Papagaio. Zoneamento Ecológico-Econômico. **Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Estado do Tocantins**. Org. por Vítor Bellia e Ricardo Ribeiro Dias. Palmas, SEPLAN/DZE. 202 p., ilustr. (Séries ZEE - Tocantins).

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. 2011. Projeto Corredor Ecológico da Região do Jalapão. **Atlas do Corredor Ecológico da Região do Jalapão**. Brasília: ICMBio/JICA, 27 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. 2005 [?]. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Projeto Corredor Ecológico Araguaia-Bananal**. Brasília: MMA/Ibama. 264 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. 2007. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio). **Produto 1: Síntese de experiências de corredores no Brasil**. versão 3.2. Brasília: MMA/Probio.

ESTADO DO TOCANTINS. Lei Nº 2.656, de 6 de dezembro de 2012. Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Tocantins - ZEE, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, TO, 6 dez. 2012. Número 3.769, p. 1-218.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. Portaria Nº 434, de 29 de Setembro de 2016. Reconhecer o Mosaico do Jalapão, abrangendo as seguintes áreas localizadas nos estados do Tocantins e Bahia. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 set. 2016. Número 189. Seção 1, p. 130.

Sistema de Unidades de Conservação - Base Legal

BRASIL. Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, 1º inciso I, II, III, VII da Constituição Federal, Instituinto o Sistema Nacional de Unidade de Conservação - SNUC. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. p. 1.

TOCANTINS. Lei Nº 1.560, de 5 de abril de 2005. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza - SEUC, e adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Tocantins**, Palmas, 7 abr. 2005. Nº 1.896. p. 1-8.

Bases de Dados

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. 2018. **Sistema Informatizado de Monitoria de RPPN**. Brasília. Disponível em: < <http://www.nmbrppn.com.br/Institucional>>. Acesso: 28 ago. 2019.

ICMBio - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. 2018. Portal. **Unidades de Conservação**. Unidades nos Biomas Brasília. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>>. Acesso: 28 ago. 2019.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. 2018. **Coordenação Geral de Geoprocessamento**. Brasília. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/geoprocessamento>>. Acesso: 28 ago. 2019.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2000. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Atlas Digital do Tocantins - Base de Dados Geográficos**. versão 1.0. Palmas, SEPLAN/DZE, 2000. 2 CD-ROM.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN. 2005. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). Projeto de Gestão Ambiental Integrada da Região do Bico do Papagaio. Zoneamento Ecológico-Econômico. **Base de Dados Geográficos do Norte do Tocantins**. Palmas, SEPLAN/DZE. CD-ROM. Organizado por Paulo Augusto Barros de Sousa. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento/bases-vetoriais/bases-vetoriais/>>. Acesso: 28 ago. 2019.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEPLAN. 2012. Superintendência de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico. **Atlas do Tocantins**: subsídios ao planejamento da gestão territorial. 6. ed. rev. atua. Palmas: Seplan. Organizado e atualizado por Paulo Augusto Barros de Sousa, Rodrigo Sabino Teixeira Borges e Ricardo Ribeiro Dias. 80 p. Ilust.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEPLAN. 2012. Superintendência de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Base de Dados Geográficos do Tocantins - atualização 2012**. Palmas, SEPLAN/DZE, janeiro/2012. CD-ROM. (Atualização de arquivos em escala 1:1.000.000 da Base de Dados Geográficos do Tocantins). Organizado por Rodrigo Sabino Teixeira Borges e Paulo Augusto Barros de Sousa. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento/bases-vetoriais/bases-vetoriais/>>. Acesso: 28 ago. 2019.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA - SEPLAN. 2012. Diretoria Geral de Pesquisa e Zoneamento Ecológico-Econômico. Diretoria de Zoneamento Ecológico-Econômico (DZE). **Estado do Tocantins - Áreas de Uso Legal Restrito e Potenciais à Conservação Ambiental - Tabelas e Mapas Síntese**. Palmas: SEPLAN/DZE, julho/2012. 44 p. Organizado por Rodrigo Sabino Teixeira Borges, Paulo Augusto Barros de Sousa, Policarpo Fernandes Alencar Lima e Aída Lina Branco Paiva.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH. 2018. Diretoria de Instrumentos e Gestão Ambiental. **Sistema de Gestão das Unidades de Conservação do Tocantins - GESTO**. Palmas: SEMARH. Disponível em em: <<http://gesto.to.gov.br/>>. Acesso: 28 ago. 2019

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ. 2019. Superintendência de Planejamento Governamental. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DGITS). Gerencia de Zoneamento Ecológico-Econômico (GZT). **Base de Dados Geográficos do Tocantins - atualização julho 2019**. Palmas, SEFAZ/GZT, julho/2019. CD-ROM. (Atualização de arquivos em escala 1:1.000.000 da Base de Dados Geográficos do Tocantins). Organizado por Paulo Augusto Barros de Sousa. Disponível em: <<http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento/bases-vetoriais/bases-vetoriais/>>. Acesso: 28 ago. 2019.

Mapas

BRASIL. 2019. Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio. **Terras Indígenas**. Situação Fundiária. FUNAI, abril/2019. 1 mapa, color., 118,9 x 84,1 cm. Escala 1:5.000.000.

BRASIL. 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Coordenação de Consolidação Territorial. Divisão de Comunicação. **Unidades de Conservação Federais, RPPN, Centros de Pesquisa e Coordenações Regionais**. ICMBio, julho/2019. 1 mapa, color., 112,0 x 90,0 cm. Escala 1:5.000.000.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO - SEFAZ. 2019. Superintendência de Planejamento Governamental. Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DGITS). Gerencia de Zoneamento Ecológico-Econômico (GZT). **Unidades de Conservação e Terras Indígenas**. Palmas, SEFAZ/GZT, julho/2019. 1 mapa, color., 118,9 x 84,1 cm. Escala 1:1.000.000.



Lago. **Parque Estadual do Cantão.**



Dunas. **Parque Estadual do Jalapão**



Cachoeira da Fumaça. **Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins.**



Detalhe de árvore fossilizada. **Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Estado do Tocantins.**



Vista a partir do mirante. **Parque Estadual do Lajeado.**



Cachoeira da Velha, Rio Novo. Limite entre a **Área de Proteção Ambiental Jalapão** e o **Parque Estadual do Jalapão**



Lagos. Ilha do Bananal. **Parque Nacional do Araguaia.**



Serra da Cangalha. **Campos Lindos.**



TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DA **FAZENDA**
E PLANEJAMENTO